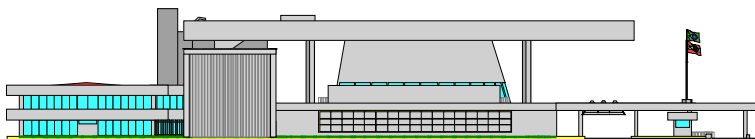


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 12 DE ABRIL DE 2011

NÚMERO 6.269

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Ada Faraco De Luca
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ada Faraco De Luca
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2269 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 026ª Sessão Ordinária realizada em 07/04/2011 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 13</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública..... 14 Atas da Procuradoria..... 22 Ata de Comissão Permanente..... 23 Aviso de Resultado 24 Extratos..... 24 Lei..... 24 Portarias..... 25 Redações Finais 27 Requerimentos..... 28</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra a presença da turma da 9ª fase de Direito da UnC, de Concórdia.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Anuncia a presença da bombeira voluntária Teresinha Andrighetti Nava, de Caçador.

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Registra a realização da 5ª Agrofest em Canoinhas e pede mais atenção ao planalto norte; reporta-se ao Dia Mundial da Saúde e reivindica mais recursos para o setor.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Cumprimenta os jornalistas pela passagem do seu dia.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Fala do resultado da audiência pública que traçou diagnóstico da saúde na Grande Florianópolis.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Defende o deputado Dado Cherem; comemora o acordo entre o ministério da Saúde e os fabricantes de produtos alimentícios para reduzir o uso do sódio nos alimentos; festeja a decisão do STF de considerar constitucional o piso nacional de salários do Magistério.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Lembra que as gratificações não serão computados como piso salarial dos professores.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Convida para audiência pública que debaterá o andamento das obras da arena multiuso de Florianópolis.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença do vereador Lourival Edgar e a inauguração do Centro de Educação Infantil de Imbuia.

Partidos Políticos

DEPUTADO ROMILDO TITON - Reporta-se à tramitação do novo Código Florestal Brasileiro.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Elogia a condução do deputado Romildo Titon na aprovação do Código Ambiental de SC.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Exalta a importância do Código Ambiental catarinense.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Afirma estar orgulhoso dos elogios ao estado pelo pioneirismo do Código Ambiental.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Defende a indústria têxtil de SC e comenta a instalação da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Confecção do Brasil.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Comemora a rejeição pelo STF da Adin interposta por SC contra o piso nacional do Magistério; comenta visita à escola de Chapecó.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Lamenta a morte de 11 adolescentes em uma escola do Rio de Janeiro.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Parabeniza os corretores e os jornalistas pelo seu dia; reporta-se ao Dia Mundial da Saúde; sugere seminário para informar municípios sobre a disponibilidade de recursos para o combate ao consumo de drogas.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Refere-se ao Dia Mundial da Saúde e ao Dia do Jornalista; cumprimenta alguns municípios pela passagem da data de sua emancipação político-administrativa.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Informa que comitiva de parlamentares irá a Brasília para

cobrar explicações dos atrasos na duplicação da BR 101/sul, o começo da duplicação da BR-470 e a construção do rodovial.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Parabeniza o trabalho do deputado Valmir Comin na comissão de Transportes.

Explicação Pessoal

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a passagem do Dia do Jornalista.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Cobra do governo federal o cumprimento de suas obrigações em relação ao aeroporto de Florianópolis e à segurança pública.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Afirma que os recursos federais só podem ser acessados através de projetos bem elaborados.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Crítica o sistema de saúde e de educação do país.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pede a formação de fórum parlamentar para tratar dos principais problemas de infraestrutura da capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero, com satisfação, registrar a presença neste plenário da turma da 9ª fase do curso de Direito da UnC, de Concórdia, que estão visitando a capital do estado, os órgãos públicos, o Tribunal de Justiça e esta Assembleia Legislativa.

Portanto, em nome da dra. Manoela e de todos os alunos presentes, queremos fazer este registro, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Na mesma esteira, quero aproveitar a oportunidade para anunciar a presença, neste Parlamento, de um dos maiores baluartes na defesa do cidadão no município de Caçador. Trata-se da bombeira voluntária Teresinha Andrighetti Nava, que, além de bombeira voluntária, é pedagoga e tem feito um trabalho extraordinário junto às bombeiras voluntárias que lá atuam da mesma forma que os bombeiros do sexo masculino.

Por isso, Terezinha, agradecemos a sua presença. Temos certeza de que o seu trabalho na comunidade caçadorensis representa o que realmente são os bombeiros voluntários em Santa Catarina, no Brasil e no mundo.

Parabéns pela sua atuação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

Solicito que o deputado Moacir Sopelsa, primeiro-vice-presidente da Casa, assuma a condução da sessão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, acadêmicos de Direito que nos honram com a sua presença, gostaríamos de falar um pouquinho, hoje, do nosso planalto norte.

Como representante da referida região neste Parlamento, juntamente com o deputado Silvio Dreveck, temos a satisfação de convidar a comunidade catarinense para visitar a 5ª Agrofest, que será realizada na cidade de Canoinhas, nos dias 8, 9 e 10 de abril. Trata-se de um evento importante devido aos 100 anos do município de Canoinhas. No dia 12 de setembro Canoinhas comemorará 100 anos de emancipação política, mas a Agrofest já faz parte dessa comemoração.

No início da colonização de Canoinhas, os tropeiros percorriam as trilhas que iam do Rio Grande do Sul a Curitiba. Lá havia dois rios, o Iguazu e o Negro, e outro menor, o Canoas. Daí vem a origem do nome do nosso município, Canoinhas.

Canoinhas também teve participação na Guerra do Contestado e no litígio Santa Catarina/Paraná. É um dos raros municípios deste estado que teve a oportunidade de escolher a que estado pertenceria: ao Paraná ou a Santa Catarina. Canoinhas escolheu Santa Catarina e na sua bandeira está escrito *Catharinensis Semper*. Temos certeza de que as nossas raízes fazem parte de um povo ordeiro, guerreiro e digno.

Na sua economia prevalece ainda a parte agrícola. O município é um grande plantador de soja, milho e feijão, e a agroindústria está-se instalando através das granjas de suínos. Há também a área da madeira. O extrativismo é ruim não só para Canoinhas, mas para todos os municípios que ficam ao longo da BR-116, pois a matéria-prima é extraída e a região não consegue agregar valor às suas mercadorias. Por isso, precisamos ter um ICMS diferenciado.

Já conversamos com o governador do estado, Raimundo Colombo, e o seu vice, Eduardo Pinho Moreira, pedindo que seja elaborada uma lei que beneficie aqueles municípios, pois são cidades com IDH menor e que merecem um olhar diferenciado do governo. Mesmo porque o governador é oriundo de Lages, cidade que faz parte desses municípios da BR-116.

Ontem estivemos no Deinfra e, ao vermos uma amostra das obras realizadas pelo órgão, vimos que no planalto norte há uma grande área em branco de obras, assim como também em Lages. Assim, temos certeza de que a nossa reivindicação é justa, mesmo porque o litoral é a região que mais recebe investimentos no estado de Santa Catarina. Com o aumento do número de portos no litoral, há um número crescente de indústrias instalando-se lá. Precisamos, sim, que a descentralização funcione; precisamos, sim, que o dinheiro suba a serra e chegue ao planalto norte e temos certeza de que o nosso governador estará atento para dar mais oportunidades ao povo do interior!

Nós, que temos a profissão de médico ortopedista, queremos também registrar o Dia Nacional da Saúde. Gostaria de dizer que essa data tem que ser comemorada todos os dias, pois a nossa saúde não tem preço, mas somente damos valor a ela quando a perdemos.

Temos que mudar o direcionamento econômico e fazer com que o diagnóstico feito

sobre a dificuldade no atendimento nos hospitais e nos postos de saúde seja realmente levado a sério pelo governo federal.

Eu, como médico, tenho feito nesta Casa audiências públicas todos os anos, no sentido de solicitar um reajuste na tabela do SUS. Isso é responsabilidade do governo federal. Reajustando a tabela do SUS serão dadas melhores condições de atendimento à nossa população, os médicos vão-se interessar em atender melhor e com mais alegria aos seus clientes. Como um especialista vai atender a um paciente e receber R\$ 10,00 pela consulta? E ainda há os impostos que são cobrados!

Mas o problema não é somente com os médicos. Os nossos hospitais recebem um valor muito pequeno para fazer o internamento dos pacientes, para prover a hotelaria. Temos que mudar radicalmente esse sistema. Tem que haver mais dinheiro para a Saúde!

E digo mais: já faz anos que estamos aqui gritando e batalhando pela aprovação da Emenda n. 29. Por que não se aprova a Emenda n. 29? Há dinheiro para a Petrobras, para obras, para a agricultura, para os outros setores? Há! E para o setor vital, o setor mais importante, aquele que dá sustentação à nossa vida, os recursos são escassos!

Presidente Dilma Rousseff, ajude-nos e faça com que o reajuste da tabela do SUS aconteça, mesmo porque essa foi uma das suas promessas de campanha, assim como do candidato José Serra. Queremos a regulamentação da Emenda n. 29, para que tenhamos mais dinheiro para a Saúde, porque sem dinheiro não podemos fazer nada, ficaremos aqui falando, perdendo tempo e não resolveremos os problemas. Claro que também temos que ter planejamento, mas o nosso secretário da Saúde é muito competente, foi gestor da Unimed, do setor privado de saúde e pode fazer, sim, uma boa gestão no estado de Santa Catarina.

Temos que angariar, sim, recursos porque esse é o segmento mais importante da sociedade, já que sem saúde fazemos o quê? Temos que ter saúde para exercer a nossa profissão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência cumprimenta os acadêmicos da 9ª fase do curso de Direito da Universidade do Contestado, de Concórdia, e também a professora Manuella Mazzocco.

Boas-vindas! Sintam-se à vontade na Casa do Povo.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Volnei Moratoni, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, apenas gostaria de cumprimentar os jornalistas pela passagem do Dia do Jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputado Joares Ponticelli. Esta Presidência também parabeniza os jornalistas pela passagem do seu dia.

Agora, sim, com a palavra, o sr. deputado Volnei Moratoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha,

telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje, dia 7 de abril, é o Dia Mundial da Saúde e, como presidente da comissão de Saúde desta Casa, não poderia deixar de registrar essa data.

Como vai a saúde no mundo? Como vai a saúde no Brasil? Como vai a saúde em Santa Catarina? Frei Betto dizia: "O ponto de vista é a vista a partir de um ponto". Portanto, dependendo do ponto de vista, posso afirmar que a saúde vai muito bem no mundo, no Brasil, em Santa Catarina. A medicina do século XXI, a medicina moderna, é a medicina das novas tecnologias, que todos os dias agrega procedimentos de toda sorte para facilitar o diagnóstico, para a realização de exames, para cirurgias cada vez mais sofisticadas, menos invasivas, com menos tempo de internação. Em todo o mundo a tendência é a redução do número de leitos hospitalares e no Brasil não é diferente. Em Santa Catarina temos leitos suficientes, mas o problema é a má distribuição.

Cito, como exemplo, a reforma psiquiátrica na Europa e no Brasil, que descobriram a cidadania das pessoas com sofrimento psíquico e a partir daí também a desospitalização. Aqui mesmo no Hospital Colônia Santana, onde, numa ocasião, fui fazer uma visita, encontrei uma paciente internada desde o início da década de 50, portanto, há mais de 50 anos. Isso vai de encontro a qualquer sentimento de humanidade.

Então, a desospitalização é proveniente da reforma psiquiátrica e a partir dela houve o desenvolvimento dos centros de atenção psicossocial, dos núcleos de atenção psicossocial; houve ainda a descoberta dos segredos do DNA, do ácido desoxirribonucléico; a descrição dos segredos do genoma humano, do mapa genético, da engenharia genética e agora os estudos sobre as células tronco, que são capazes de fazer, praticamente, uma revolução na medicina no mundo, podendo tratar de doenças antes inimagináveis, fazendo com que os portadoras das mais diversas moléstias tenham o seu sofrimento totalmente aliviado.

Então, por um lado temos uma medicina avançada, moderna, mas, por outro lado, srs. deputados, sras. deputadas, a saúde ainda vai muito mal no mundo, em nosso país e em nosso estado. As pessoas não conseguem acessar uma consulta básica! De acordo com um estudo feito pelo Ipea em todo o Brasil, as pessoas reconhecem a importância da SUS - que foi a maior conquista da cidadania brasileira desde a 8ª Conferência Nacional de Saúde, desde a Constituinte de 1988. Entretanto, apesar de todas as premissas de universalidade, equidade e integralidade, é difícil as pessoas conseguirem uma consulta básica.

Recebi um relatório do Tribunal de Contas do Estado e tendo como referência esse importante documento que tive a oportunidade de receber em nome da comissão de Saúde, solicitei que nos encaminhasse todos os estudos e auditorias realizadas na Grande Florianópolis e no estado de Santa Catarina. Recebi um grande dossiê sobre municípios e instituições e, inclusive, parabenizei o TCE porque fiquei surpreso com a profundidade do estudo e dos dados relativos à saúde, que mostram que as pessoas levam mil dias para conseguir uma consulta básica e, em algumas especialidades, até cinco anos em determinadas especialidades. Nós mesmos, pela comissão de Saúde, deputado Jorge Teixeira, fomos visitar o Hospital Regional de São José e o Hospital Infantil Joana de Gusmão

e pudemos constatar, além das emergências superlotadas e das salas de cirurgias desativadas, filas gigantescas e milhares de pessoas há quatro, cinco, oito anos esperando por uma consulta ou por uma cirurgia especializada.

Então, há uma contradição! Por um lado os avanços da modernidade, mas por outro, ainda sofremos com questões básicas, conforme relatório do Tribunal de Contas do Estado.

Ontem, realizamos uma audiência pública para a qual chamamos todos os municípios da Grande Florianópolis, visando a um diálogo com a comissão de Saúde e a secretaria estadual da Saúde, no sentido de tratar da atenção básica a partir da Estratégia de Saúde da Família - ESF - e de outros programas com os hospitais. Constatamos que grande parte da crise dos hospitais deve-se ao mau funcionamento da atenção básica nos municípios e quando a atenção básica não funciona, não se resolvem os problemas dos hospitais nem com gestão direta nem com gestão indireta, através de OS.

Dessa forma, a Estratégia de Saúde da Família, depois da conquista do SUS, foi a grande conquista da saúde brasileira. Começou com um programa chamado PSF - Programa de Saúde da Família -, e depois evoluiu para ESF - Estratégia de Saúde da Família, que é um programa revolucionário porque a equipe da saúde sai do posto e vai às ruas, às casas das pessoas. A cidade é dividida territorialmente e para um número "x" de pessoas há uma equipe. A equipe de saúde, formada por um médico, uma enfermeira e toda uma equipe, passa a conhecer as pessoas da comunidade, conhece os riscos e faz um trabalho educativo de prevenção e de promoção da saúde. Infelizmente, ainda temos, na maioria das vezes, pessoas que deturpam esses programas, pois não captaram a filosofia estratégica da família.

Por isso, neste Dia Mundial da Saúde temos muitos problemas sobre os quais nos debruçar na comissão de Saúde da Casa. Realizamos muitas audiências públicas como a de ontem, em Criciúma, e estamos indo a Chapecó, Lages, Rio do Sul e a todas as regiões de nosso estado debater saúde pública. Sou favorável à realização de mutirões para colocar a saúde em dia, baixar as filas, enquanto se constrói um grande pacto pela saúde, inclusive com financiamento.

Deputado Antônio Aguiar, o ministério da Saúde deverá anunciar em breve novas medidas em relação à tabela do SUS. E aqui também...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

Quero pedir a compreensão do deputado Jailson Lima, para fazer, com muito pesar, o registro do falecimento, no dia de ontem, no município de Concórdia, de Zilá Silveira Neves, mais uma vítima do câncer. Ela tinha 54 anos e lutava há alguns anos contra a doença. Dona Zilá foi, durante muitos anos, servidora do Cartório de Registro Civil e de Títulos e Documentos em Concórdia e era uma pessoa muito ligada à comunidade.

Deixo registrado, com muito pesar, o passamento de Zilá Silveira Neves.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero cumprimentar os

companheiros desta Casa e aproveitar para parabenizar o deputado Volnei Morastoni pelo pronunciamento que fez em relação à saúde, tendo em vista que tem sido uma tônica dos últimos dias por parte da imprensa em geral.

Aproveito para anunciar que o nosso ministro da Saúde, Alexandre Padilha, está negociando com o setor empresarial de alimentação industrial o estabelecimento de parâmetros quanto ao percentual de sódio e de gorduras nos alimentos industrializados, como mais uma forma de reduzir a hipertensão arterial, que é uma das maiores causas do consumo de medicamentos neste país, juntamente com as doenças metabólicas, as dislipidemias e por aí afora.

Estou mostrando que algumas medidas estão sendo tomadas, mas vamos fazer esse embate por muito tempo ainda e a comissão de Saúde está fazendo um brilhante trabalho!

Quero aproveitar, deputado Dado Cherem, v.exa. que foi secretário de Saúde de Santa Catarina, para falar sobre uma matéria escrita pelo jornalista Moacir Pereira, com o título "Governo nos trilhos", que comenta a reunião do governador com secretários de estado, ocasião em que alguns fizeram uma apresentação elogiável e outros nem tanto, mas não toca na pasta da Saúde.

Estou falando isso, porque vi recentemente na imprensa algumas notas que tentam desconectar, digamos assim, a gestão do secretário Dado Cherem em relação a algumas coisas que estão aparecendo, como se estivessem recriminando-o. Quero dizer que, durante todo o nosso mandato de deputado, sempre tivemos, por parte do deputado Dado Cherem no comando da Saúde, uma atenção inestimável e sabemos do seu compromisso com o SUS, o que não estamos vendo no discurso do atual secretário.

Então, vou fazer a defesa veemente de vários pontos, vou passar a ser o seu defensor nesta Casa, deputado Dado Cherem, porque sabemos que saem de dentro da secretaria da Saúde essas informações querendo contextualizar o trabalho passado. Temos divergências políticas, mas não no campo da defesa do que é público na área da saúde, principalmente em relação ao SUS.

Sr. presidente e srs. deputados, ontem a educação do Brasil teve uma grande vitória, pois foi derrubada no Supremo Tribunal Federal a Adin que contestava o piso nacional dos professores. Trata-se de uma conquista fundamental na história deste país, para que o professor tenha um salário que o estimule a trabalhar, a especializar-se, a evoluir.

Então, também em Santa Catarina o piso salarial do Magistério passa a ser de R\$ 1.187,14, o que ainda é muito pouco diante daquilo que se pode fazer pela educação neste país, deputada Luciane Carminatti, v.exa. que é professora e sabe que o nosso estado está pagando de piso somente R\$ 609,00.

Quando foi lançado o piso nacional de salário, cinco estados brasileiros entraram com uma Adin para não o adotar. Aqui alguns se vangloriaram pelo incremento da receita do estado, que triplicou em oito anos; desta tribuna alguns se vangloriaram de que temos uma das mais altas rendas *per capita* e que somos o maior produtor de proteína animal do Brasil e da América Latina. No entanto, o piso salarial dos professores é de R\$ 609,00!

Anteontem, o sindicato dos professores conversou com o secretário da Educação, que ainda não sabia como faria para ter uma política de remuneração adequada aos professores.

Dos cinco estados que entraram com a Adin, um deles foi Santa Catarina, a nossa bela e Santa Catarina. Também Mato Grosso do Sul, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul entraram, pois consideravam as gratificações como piso salarial. Já aqui na Assembleia Legislativa havia pessoas recebendo de insalubridade três vezes o valor que ganha um professor do estado.

O ministro Joaquim Barbosa, relator da ação, disse, em seu voto, que não há restrição constitucional ao uso de um conceito mais amplo para tornar o piso um mecanismo de fomento à educação.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não, v.exa. é advogado e poderá comentar o brilhante parecer do ministro Joaquim Barbosa com relação à educação.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. deputado acredito que o STF, ontem, tomou uma posição importante na medida em que julgou dispositivos da Lei n. 11.738 e considerou constitucional o piso nacional de salário dos professores. Isso provoca um avanço importante para a melhoria da área da educação.

Hoje, o piso para 40 horas está em R\$ 1.187,14. O fato novo nisso é a interpretação de que nesse piso não entram as gratificações. Então, Santa Catarina vai ter que fazer um planejamento para atingir o mínimo estabelecido, que é de R\$ 1.187,14, um valor relativamente baixo. Há caso de prefeituras que estão pagando R\$ 1.200,00, R\$ 1.300,00, R\$ 1.400,00, que achamos que ainda não é um valor elevado. No caso do nosso estado, que tem como valor base R\$ 609,00, vai ser necessário um bom incremento para pagar esse reajuste.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado.

É importante ressaltar que estados como o Piauí, que era governado pelo hoje senador Wellington Dias, do PT, passaram a pagar o piso nacional de salário a partir do momento em que foi estabelecido como patamar de remuneração dos professores.

São avanços importantes e os educadores têm que comemorar não o valor do piso, mas o que isso representa no avanço da institucionalização de pisos remuneratórios que permitam, no mínimo, cobrir as necessidades básicas da categoria.

Temos que ter um plano de cargos e salários que contemple a qualificação dos professores, com curso de pós-graduação, principalmente, a fim de incentivar a busca de uma educação de alto nível, de alta qualidade.

Ao mesmo tempo, quero aproveitar para retomar o discurso do deputado Volnei Morastoni com relação à saúde.

Hoje está ocorrendo uma paralisação dos médicos no Brasil em protesto contra os pagamentos feitos pelos grupos privados. Muitas vezes reclama-se aqui do valor que o SUS paga, mas não se fala do quanto paga um plano de saúde, como a Amil, por exemplo, que paga R\$ 20,00 por uma consulta no estado de São Paulo, ou mesmo a Unimed, que está pagando R\$ 32,00, R\$ 33,00 por uma consulta médica.

Então, não podemos deixar de fazer um comparativo com as tabelas do SUS, que entendemos devem sofrer alterações, mas muito do que se tem por aí é problema de gestão na rede pública de saúde. Se formos pegar os valores de custo por cirurgia em cada hospital de Santa Catarina, veremos que há diferenças extremamente elevadas entre

hospitais, como também nos níveis de pagamento nas diversas secretarias de Saúde do país.

Gestão é uma coisa importante e é preciso criar parâmetros que nos permitam balizar valores e pagamentos no Brasil como um todo em termos de teto.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Ainda em Breves Comunicações, a próxima oradora inscrita é a deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigado, sr. presidente.

Gostaria de juntar-me aos demais deputados e cumprimentar toda a categoria dos jornalistas, em especial os que operam na Assembleia Legislativa, que transformam as ações do Parlamento em notícias. Parabenizo também os assessores de comunicação de todos os mandatos, muito particularmente a Dani e o João, que trabalham em nosso gabinete. Cumprimento ainda, como técnica de enfermagem que sou, todos os que integram essa carreira e que desempenham esse grande ofício.

Mas preciso deter-me em assuntos menos gentis, na manhã de hoje, e um deles é a audiência pública, para a qual já convido, como colega, pois sou bacharel em Direito pela Univali, os estudantes que aqui estão, audiência essa destinada a discutir o que deveria ser a arena multiuso de Florianópolis, um equipamento público de grande monta, do qual, curiosamente, ninguém assume a paternidade. É a primeira vez que vejo um equipamento público que consome milhões e ninguém sabe dizer quem afinal o está construindo.

Foi dado um prazo de 15 meses, em 2008, para sua conclusão, na ocasião que, é claro, com grande pompa lançaram a pedra fundamental. No entanto, quem for ao local da construção verá tão-somente um esqueleto da obra. Aliás, pouco se conhece do projeto e o pouco que se conhece não atende às necessidades da vocação da nossa região, que é turística.

Quem conhece o norte da nossa cidade sabe o caos que será o trânsito, piorando ainda mais a mobilidade urbana na capital, caso realmente seja instalada a arena multiuso naquela localidade.

Mas outras coisas também nos chamam a atenção. Quando foi feito o acordo com a Caixa Econômica Federal para a construção desse equipamento, o governo federal teria uma participação substancial no pagamento da obra. O preço acordado por metro quadrado era de R\$ 1.500,00. Curiosamente, quando saiu o edital, já era de R\$ 3.500,00, mas ninguém sabe dizer por que mudou; ninguém sabe dizer por que a obra começou na secretaria de Turismo e sem motivo aparente apareceu na secretaria de Desenvolvimento Regional para, em seguida, passar para a prefeitura municipal de Florianópolis. Agora, surpreendentemente, novamente aparece na secretaria de Turismo, de onde nunca deveria ter saído.

Entretanto, sr. presidente e srs. deputados, nenhum desses órgãos sabe dizer onde aconteceu essa tramitação. Espero que hoje, reunindo representantes da SDE, da secretaria de Turismo, da prefeitura, dos construtores e da população interessada no tema, possamos

debater o projeto, já que queremos entender o que houve até agora. E não somente isso, queremos buscar soluções para avançar naquilo que se construiu até aqui, para que possamos de fato ter uma arena multiuso que - e reafirme-se sempre isto - seja um equipamento da maior relevância, particularmente numa cidade como Florianópolis, que tem vocação para o turismo.

Srs. deputados, o espírito das arenas é que elas sejam vocacionadas. E Jaraguá do Sul é um exemplo, pois a arena multiuso daquela cidade destacou o futebol de salão como esporte principal, projetando o time da Malwee e o campeão mundial Falcão.

Queremos, portanto, na capital, uma arena vocacionada. Inclusive, a arena multiuso de São José poderia ser muito melhor aproveitada se tivesse lhe sido dada uma vocação mais voltada ao interesse público, evitando com isso o transtorno na mobilidade urbana de Florianópolis. Infelizmente aquele equipamento fica a maior parte do tempo ocioso, porque as condições são bastante inadequadas seja para a prática de esportes ou mesmo para eventos culturais, que é o que desejamos ver na arena multiuso da capital.

Mas curiosamente, hoje, o jornalista Moacir Pereira, na sua coluna do *Diário Catarinense*, trata sobre estes dois temas: arena multiuso e atraso das obras do "monstrego" (palavra dele), porque ninguém foi ouvido, sequer o *trade* turístico ou os produtores culturais que também têm grande interesse que aquele equipamento dê conta dos interesses públicos. O jornalista se refere ainda a outro ponto, que é a segunda parte da minha fala, às obras do Centro Integrado de Cultura, o nosso CIC.

Estamos hoje protocolando um pedido de informação a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado porque, embora poucos saibam, aquela corte de contas apresentou um relatório bastante minucioso, bastante detalhado, um trabalho técnico bastante rigoroso sobre as concessões do Fundo de Turismo e do Fundo de Cultura. Aliás, essa auditoria especial do Tribunal de Contas focou no Fundo de Cultura e mostrou barbaridades de todas as espécies: projetos que são aprovados em dois dias, projetos que em dois anos sequer foram analisados e destinação de dinheiro público para campeonatos de domínio com quatro equipes.

Vejam, srs. deputados, a gravidade: vários agentes públicos foram entrevistados e disseram aos técnicos do Tribunal de Contas do Estado que havia obrigatoriedade do pagamento de propina. Esse foi o termo usado pelo Tribunal de Contas do Estado, que desde então fez uma lista de recomendações ao governo do estado, no sentido de evitar esse tipo de irregularidade.

Até onde pudemos apurar, nenhuma providência foi adotada, e o nosso mandato fez esse pedido de informação endereçado ao TCE para pedir formalmente o registro das ações do governo do estado feitas para estancar de vez essa sangria de dinheiro público, que aconteceu através do Fundo de Cultura.

Queremos muito dinheiro para o setor cultural; queremos muito dinheiro público para o setor de turismo, mas queremos com editais de fomento; queremos que a destinação dessa verba atenda a preceitos constitucionais de impessoalidade; queremos retomar o apreço à legalidade na difusão dos fundos, seja o de Cultura, seja o de Turismo.

É bom lembrar que os fundos tiraram muito dinheiro da Saúde do nosso estado, porque antes da distribuição e do cálculo dessa

verba constitucional, destinam-se recursos aos fundos. Portanto, já existe cálculo do quanto esses recursos fazem falta na Saúde.

Quero parabenizar o deputado Volnei Morastoni pela brilhante audiência pública que realizou ontem, nesta Casa, ocasião em que pudemos comprovar o nó da Saúde no governo do estado. Não estou falando de fulano, de beltrano, não estou fulanizando a política. Estou falando de uma política de estado que não acontece.

Vejam v.exas. que na estratégia do programa Saúde da Família, que é um grande passo para que tenhamos a visão preventiva e não meramente curativa da saúde, o estado teria que contribuir com R\$ 1.600,00. Mas ontem o TCE mostrou para todos nós que o governo do estado contribuiu com apenas R\$ 804,00. Essa defasagem, muitas vezes, tem que ser suprida pelos municípios.

Vários ex-prefeitos hoje integram esta Casa e podem dizer das dificuldades de caixa dos municípios. Portanto, o nosso esforço no sentido de exigir uma melhor gestão dos recursos desses fundos serve também para tentar ampliar os recursos da Saúde.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, queremos somente anunciar a presença do vereador Lourival Edgar, de Imbuia.

Além disso, queremos também registrar que no sábado, às 9h, haverá a inauguração do Centro de Educação Infantil do governo federal, na cidade de Imbuia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Romildo Titon, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e todos aqueles que participam, nesta manhã, desta sessão, ontem vimos na imprensa o resultado do grande encontro ocorrido na capital federal, quando os agricultores do Brasil se manifestaram veementemente pela aprovação do novo Código Florestal Brasileiro. Foi um encontro que ficará na história, pois, segundo os jornais, mais de 20 mil pessoas lá compareceram. É um número bastante expressivo, dada a localização da capital federal e a dificuldade do deslocamento das pessoas para o centro-oeste do país. E todos lá estavam demonstrando sua preocupação com o atual Código Florestal Brasileiro. O único estado que se salva é Santa Catarina, que tomou a iniciativa de aprovar o seu Código Ambiental, cujo conteúdo está contemplado no texto do deputado Aldo Rebelo, o que demonstra que não estávamos errados quando tomamos a atitude pioneira e corajosa de modificar o *status quo*.

Mas o que me chamou a atenção, no dia de ontem, foi o caráter pacífico da manifestação na capital federal. Presenciamos muitas categorias em manifestações em Brasília usarem violência, fazerem quebra-quebra. Já os nossos agricultores, não, eles que realmente trabalham, que produzem alimentos para o sustento da nação, deram

uma grande lição de civismo: agradeceram a Deus numa missa campal, tocaram o Hino Nacional com berrantes, mostrando ao Brasil e ao mundo que são patriotas e amam sua terra.

Outro gesto deve ser louvado, ao invés de fazer quebra-quebra e insultar os parlamentares ou coisa parecida, abraçaram o Congresso Nacional. Foram pegos pelas mãos caalejadas dos agricultores numa demonstração de civismo, de paz e de desespero, também com relação à classe produtora.

Analisei uma grande parte dos artigos que compõem a proposta do deputado Aldo Rebelo, que tentou juntar 11 projetos de iniciativa parlamentar, transformando-os em um código mais flexível para que possamos garantir a produção.

Fiquei feliz também ao constatar, através dos noticiários, que 90% do que está contido na sua proposta é consenso dos parlamentares brasileiros e que em apenas 10% há conflitos, que podem ser resolvidos através da discussão, prevalecendo a votação como última forma de decisão do Congresso Nacional.

Isso dá uma segurança maior, tendo em vista que nós, catarinenses, já fizemos a nossa legislação. Quando aprovamos o nosso Código Ambiental já demonstrávamos nossa grande preocupação, porque segundo um levantamento do Ibrape, divulgado há muito tempo, se cumprirmos à risca o que determina o Código Florestal Brasileiro, restarão apenas 29% do território brasileiro para ser cultivado e para outras atividades. Isso inviabilizaria estados produtores como Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Algo que nos chama a atenção é a questão da reserva legal, que obrigará ao cumprimento aqueles que têm mais áreas de terra, mas isentará os pequenos produtores, dando-lhes oportunidade para crescer e produzir.

Por isso, faço essa manifestação, deputado Joares Ponticelli, para chamar a atenção para aquilo que nós, os 40 parlamentares, por iniciativa do governo e das entidades de classe de Santa Catarina, fizemos: aprovar um novo Código Ambiental, coisa que só agora o Congresso Nacional está fazendo.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Concedo um aparte a v.exa., mesmo que o meu tempo já esteja quase terminando, porque estou dividindo com o deputado Carlos Chiodini.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Romildo Titon, muito rapidamente quero apenas cumprimentá-lo porque foi v.exa. quem, no âmbito desta Casa, comandou, à época, um transparente e democrático debate. Estivemos por todo estado. Nos 13 anos em que estou nesta Casa nunca vi uma mobilização tão intensa, democrática e participativa como aquela.

Tenho informações de diversas Assembleias Legislativas do Brasil, pela minha presença na diretoria da Unale, de que o Código Ambiental de Santa Catarina virou referência nacional. A maioria das Assembleias do Brasil está discutindo o nosso modelo. Santa Catarina foi vanguardista mais uma vez.

Vejam v.exa. que se já tivéssemos conseguido alterar o art. 22 da Constituição Federal, reconhecendo o papel e o poder dos Parlamentos estaduais de legislar, não precisaríamos estar esperando que o Congresso Nacional fizesse essa definição. Então, saímos na frente. V.Exa. foi o grande

conductor do processo e espero que depois de tanto tempo possamos ver efetivamente valendo o que discutimos com a participação de toda a sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Romildo Titon, quero parabenizá-lo, corroborando as palavras do deputado Joares Ponticelli, pois v.exa. foi o relator do projeto e o capitão de todo o processo.

É preciso também enaltecer a posição do ex-governador Luiz Henrique da Silveira, da sua equipe técnica, de todas as entidades, naquele grande enfrentamento que tivemos com o então ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Santa Catarina tornou-se referência nacional. Não é possível que um país de dimensão continental tenha uma legislação universal. É preciso ter flexibilidade e dar autonomia para os estados poderem desenvolver-se e crescer, evidentemente respeitando a questão ambiental.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Deputado Maurício Eskudlark, v.exa. me perdoe, mas vou dividir o tempo com o deputado Carlos Chiodini. Portanto, peço que v.exa. seja breve.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero apenas registrar o orgulho que senti, em Brasília, com as referências elogiosas à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que foi a grande precursora desse processo de avanço. Estive lá e ouvi de produtores e legisladores a manifestação de reconhecimento ao estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Carlos Chiodini, pelo tempo restante.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sras. deputadas e srs. deputados, quero dizer que na terça-feira estive em Brasília participando de uma mobilização em torno de um importante segmento da economia brasileira e catarinense, que foi o lançamento da Frente Parlamentar da Indústria Têxtil e de Confecção, presidida pelo deputado Henrique Fontana, do Rio Grande do Sul, e pelo senador Luiz Henrique da Silveira, no Senado.

A indústria têxtil tem mais de 30 mil empresas no Brasil. É a segunda maior empregadora no setor da indústria de transformação e a segunda maior geradora do primeiro emprego.

O faturamento da indústria têxtil chegou, em 2010, a US\$ 52 bilhões e as exportações em fibra de algodão, a US\$ 5 bilhões. O saldo da balança comercial em 2010 em fibra de algodão foi negativo em US\$ 3,6 bilhões, contra US\$ 2,250 bilhões em 2009. Os investimentos em 2010 foram de US\$ 2 bilhões. Já a produção média da confecção foi de dez bilhões de peças em 2010 e mais de 1,750 milhão trabalhadores são empregados diretamente nessa atividade econômica. Somando os empregos indiretos, temos oito milhões de empregos, dos quais 75% são mão de obra feminina, representam 13% dos empregos da indústria de transformação e somam 3,5% do total do PIB brasileiro.

Diante desses fatos e já qualificada, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - Abit - lançou, na última terça-feira, no Congresso Nacional, uma frente parlamentar mista para o desenvolvimento da indústria têxtil e de confecção. Essa frente é suprapartidária, formada por deputados federais e senadores, que visam ao aprimoramento da legislação referente ao tema específico, no caso o setor têxtil confeccionista.

O setor se encontra cada vez mais fragilizado pela concorrência internacional, pela desvalorização do dólar. Então, o bloco de deputados e senadores vai atuar para recuperar a competitividade do segmento no país, que foi altamente prejudicado pela pirataria e pelo alto custo de produção, assim como os outros segmentos da indústria.

Se as reivindicações da frente parlamentar forem atendidas no decorrer do seu trabalho, a indústria têxtil de Santa Catarina, que é responsável por 160 mil empregos, espera crescer 30% e poderá expandir a oferta de trabalho em até 60 mil vagas, conforme avalia o presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem.

Existem muitas oportunidades neste momento, como colocou o representante dos trabalhadores na reunião. Falta pouco tempo para o início da Copa do Mundo, época em que são fabricados muitos suvenires e a economia brasileira cresce num ritmo acelerado. A indústria têxtil, infelizmente, vive um processo de desindustrialização.

Eu sou defensor dessa bandeira. Entendo-a como primordial para o estado de Santa Catarina, para a geração de emprego e renda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até onze minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar as deputadas e o público presente, os internautas, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Aleisc Digital.

Quero falar rapidamente sobre um assunto já mencionado pelos meus antecessores desta tribuna, qual seja, a conquista histórica do Magistério, comemorada no dia de ontem até a madrugada, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu como constitucional a Lei n. 11.738, de 2008.

Essa lei trouxe muitas conquistas, dentre elas quero destacar a obrigatoriedade dos estados e municípios de implantar o piso mínimo para a categoria do Magistério, piso este que atualmente está em R\$ 1.187,00.

A conquista tem dois sentidos: o STF reconheceu o piso mínimo da remuneração dos professores - trata-se do piso e não do teto -, como também o fato de que um terço da carga horária deve ser destinada para atividades fora da escola, ou seja, dois terços em sala de aula e um terço para pesquisa, estudo e planejamento. Outro detalhe importante é que a lei passa a valer a partir de 1º de janeiro de 2009, quando o piso mínimo foi instituído pelo Congresso Nacional.

Srs. deputados, o governo do estado de Santa Catarina não precisa ficar preocupado em como se adequar a essa lei, porque há recursos para isso. Como? Com os R\$ 240 milhões que no ano passado foram gastos com os inativos da Educação e que a partir deste

ano, segundo o secretário da Fazenda, engordarão o repasse da secretaria. Se dividirmos esses R\$ 240 milhões pelos 30 mil educadores de Santa Catarina vai ser possível pagar até mais do que o piso mínimo, que passará dos atuais R\$ 609,00 para R\$ 1.187,00.

É importante dizer que fizemos várias proposições nesse sentido: uma moção de apoio em ao piso, aprovada e encaminhada ao Supremo Tribunal; um requerimento solicitando que o governo do estado de Santa Catarina retirasse a Adin impetrada contra o piso nacional; e a participação, em Brasília, da reinstalação de uma frente parlamentar em defesa do piso nacional salarial para a educação básica. Foram, portanto, três ações importantes de nossa autoria, que, acreditamos, devem ter contribuído para essa vitória.

Quero, nos últimos três minutos que nos restam, chamar a atenção dos deputados à visita que começamos a fazer às escolas estaduais. E chocou-me profundamente a situação das duas escolas visitadas.

Gostaria de mostrar aos srs. parlamentares e a quem está acompanhando esta sessão as fotos das escolas que visitei como professora, como deputada e como vice-presidente da comissão de Educação.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Essa é Escola de Educação Básica Coronel Lara Ribas, de Chapecó, que há seis anos prometeu que será reformada. Não acho que precise de reforma, tem é que ser colocada abaixo. Vimos muitas rachaduras, infiltrações, barras de ferros segurando escadas, fiação elétrica totalmente danificada. A cozinha está em péssimo estado e é nela que uma empresa terceirizada faz as refeições. A pia caindo. E do lado da cozinha estão as lixeiras e as fossas abertas. O leite é em pó, quando poderia ser servido *in natura* e adquirido dos agricultores.

Isso é lamentável para um estado que tem a sétima economia do país, um estado que diz ser um dos melhores em educação do país. Infelizmente nos deparamos com essa lastimável situação. Visitamos essas duas escolas, mas há mais cinco na lista para serem visitadas em Chapecó. Além disso, há escolas do extremo oeste solicitando a nossa visita e de Florianópolis já nos chegaram pedidos de escolas que estão caindo.

Então, a comissão de Educação precisa de fato colocar o pé na estrada, identificar os problemas e trazer essa realidade. Se nós, deputados, não trouxermos essa realidade para cá, como a educação vai ser olhada? Precisamos fazer a denúncia e de fato mostrar essa preocupação ao governo do estado, no sentido de que perceba que as estruturas das escolas estão precaríssimas.

Estive no ministério da Educação em audiência com o secretário-executivo do ministro Fernando Haddad, que nos informou que o governo do estado tem um programa bem conhecido dos prefeitos e que garante recursos públicos, ou seja, não precisa financiamento, como foi anunciado, já que o governo do estado teria a intenção através do seu secretário de Educação de viabilizar um projeto para a recuperação das escolas estaduais. Não é necessário, basta que o governo do estado, através da secretaria da Educação, demonstre a intenção de reformar escolas através do PAR - Plano de Ações Articuladas -, pois cada gestor estadual ou municipal precisa dizer quais são as suas prioridades e incluir nesse plano esse rol de escolas estaduais que precisam de investimentos públicos.

Portanto, há como se pensar num grande programa de recuperação no estado. E mais do que isso, num programa de construção, a exemplo da Escola Estadual Básica Coronel Lara Ribas, que não tem como ser reformada, tem que ser dinamitada para ser construída uma nova escola. E isso é possível com os recursos do ministério da Educação.

Mais uma vez repito o que disse com relação ao combate às drogas: o governo federal possui programas, políticas, mas é preciso que o governo do estado demonstre interesse e oriente as suas equipes técnicas a disputar esses recursos com projetos, com critérios transparentes. Não adianta, como já disse ontem, o governador bater na porta do secretário. Ele tem que instrumentalizar as diferentes secretarias de estado para disputar os recursos e acompanhar o andamento dos projetos. Tenho certeza de que dessa forma é possível trazer muitos recursos públicos para Santa Catarina, mais do que já estão vindo, inclusive.

Então, quero deixar registradas essas visitas que fizemos a algumas escolas. Hoje mostramos a Escola Estadual Básica Coronel Lara Ribas, que fica na comunidade do Passo dos Fortes. Não mostrei a segunda visita que já foi também realizada, mas quero fazer visitas todas as semanas a escolas estaduais, para identificar de fato a realidade em que se encontram as estruturas físicas.

Muito obrigada a todos, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sra. presidente, queremos pedir a este Parlamento que manifeste a nossa solidariedade aos familiares dos 11 adolescentes que foram assassinados na escola do Realengo, no Rio de Janeiro, por um ex-aluno que entrou atirando. É algo que vimos acontecer em outros países e que pela primeira vez acontece no Brasil.

Então, queremos manifestar o nosso lamento, que, temos certeza, é também de toda a Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Angela Albino. Realmente é um momento lamentável. Isso é prova de que a nossa sociedade está doente e precisa de mais atenção.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje é um dia, assim como todos os outros, que temos que agradecer a Deus, mas algumas pessoas e algumas categorias, em especial, têm motivos para comemorar.

Em nome da bancada do PSDB, deputado Marcos Vieira, quero parabenizar os corretores pelo seu dia, uma categoria tão importante. Está ocorrendo um crescimento imobiliário muito grande em todo o estado de Santa Catarina, especialmente em Balneário Camboriú, Florianópolis e São José.

Enfim, queremos parabenizar todos os corretores, que concretizam o sonho de

muitos cidadãos. Muitas vezes eles têm que convencer a pessoa que depois acaba vendo que fez um grande negócio, realizando, muitas vezes, o sonho da família.

Quero parabenizar, da mesma forma, a Saúde pela comemoração do seu dia. Sempre digo que recebi um bom atendimento no hospital dos enfermeiros e dos médicos. Eu, em 30 anos de atividade policial, muitas vezes acompanhei pessoas feridas, famílias desesperadas e o atendimento dos profissionais da Saúde a essas pessoas é muito bom, pois é feito com muito carinho. Na hora da insegurança e na hora da doença é que a pessoa precisa de mais atenção.

Quero parabenizar os enfermeiros, os médicos, porque mesmo com dificuldades técnicas, com toda a questão salarial, eles fazem o seu trabalho com amor.

Os professores estão lutando há muito tempo pela conquista do piso salarial. Por isso temos que valorizar essa categoria tão importante, que realiza uma missão tão difícil. Antigamente se aprendia tudo em casa e na escola. Hoje, com a internet, o professor não é, muitas vezes, tão considerado, tão respeitado. Até alguns anos atrás nenhum aluno se insurgia contra o professor, criando problemas na sala de aula. Hoje a realidade é outra e por essa razão a categoria precisa estar muito preparada.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Antes de dar um aparte a v.exa., deputado Marcos Vieira, quero parabenizar os jornalistas, categoria tão importante. Quero parabenizar também todos os jornalistas da TVAL e da Rádio Alesc Digital, além do pessoal que trabalha conosco com tanta dedicação e com tanto carinho, o Melo e o Léo, no gabinete. Enfim, quero cumprimentar toda a imprensa catarinense.

Nos meu 30 anos de serviço na área policial, aprendi a importância do trabalho dos jornalistas. O relógio marcava 7h e os jornalistas já ligavam para ver se havia alguma ocorrência e o que eles poderiam informar para o cidadão. Então, sabemos da sua luta diária e conhecemos aquela disputa para dar a notícia em primeira mão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Maurício Eskudlark, gostaria de parabenizá-lo porque de fato hoje é o Dia Mundial da Saúde, o Dia do Corretor, o Dia do Médico Legista e o Dia do Jornalista. É interessante lembrarmos todos os deputados sobre o dia de hoje, pois todos esses segmentos são importantes e prestam relevantes serviços à sociedade.

Quero aproveitar a oportunidade também para registrar o aniversário dos municípios de Galvão, São Domingos, Ipumirim e Ouro, que estão completando, coincidentemente, 48 anos de emancipação político-administrativa. Além desses, Ascurra completa mais um ano de emancipação político-administrativa.

São cinco municípios importantes, que engrandecem Santa Catarina e por isso temos que parabenizá-los nesta Casa.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Marcos Vieira.

Quero cumprimentar os estudantes de Direito, que já são quase doutores, pois estão no 9º período do curso de Direito da UnC, de Concórdia. Eles estão visitando a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça para conhecer o funcionamento da máquina jurídica e legislativa de Santa Catarina.

Eu quero dizer ainda, srs. deputados, que concordo em parte com a deputada Luciana Carminatti com relação à viagem que fizemos a Brasília. Realmente, verificamos que a Secretaria Nacional Antidrogas disponibiliza cursos e recursos para os municípios fazerem o atendimento. No entanto, está faltando sintonia, está faltando informar aos prefeitos, aos municípios e aos vereadores a existência desses recursos. É inadmissível que um curso seja oferecido para todos os municípios do país e somente um tenha se habilitado para receber. Alguma coisa está errada, deputado Kennedy Nunes. Alguém não está fazendo a lição de casa.

Em Santa Catarina temos a Fecam - Federação Catarinense dos Municípios -, que é muito atuante, que congrega, que orienta, que informa os prefeitos de todos os municípios. Então, sugiro que seja realizado, juntamente com a Uvesc - União dos Vereadores de Santa Catarina -, um seminário que reúna prefeitos, vereadores, a secretaria Nacional Antidrogas, os técnicos das secretarias e do ministério da Justiça, a fim de exporem quais são os recursos e os cursos disponíveis. Por exemplo, o governo federal quer repassar recursos para os CAPs, para as Casas de Atendimento Transitório, treinar os médicos, a área da saúde, que não está preparada para o atendimento a pessoas dependentes de drogas, no sentido de fazer um primeiro atendimento médico de desintoxicação. Depois temos que ter nos municípios, sob sua responsabilidade, as Casas de Atendimento Transitório. Passada essa fase, é preciso oferecer oportunidade de estudo a esses jovens, a essas crianças, com acompanhamento psicológico. Então, essa rede tem que ser formada.

Eu ouvi um comentário de que vivemos quase que num império, porque tudo fica centralizado em Brasília e há dificuldade de chegar aos municípios, onde está o problema.

Hoje, pela manhã, fui interpelado pela Rádio Peperi sobre a questão das drogas. Na ocasião, a secretaria municipal da Saúde admitiu que há mais de 15 crianças com menos de 11 anos utilizando crack. O problema é muito mais grave do que estamos imaginando, pois está nos municípios. Então, temos que dar condições ao município, à secretaria da Saúde para fazer o atendimento.

Assim sendo, conclamo a Fecam e a União dos Vereadores de Santa Catarina a realizarem um seminário com a presença de técnicos da área e representantes de todos os municípios, para que possamos saber o que pode ser feito para ajudar a combater essa verdadeira epidemia que são as drogas, especialmente o crack.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna, na manhã desta quinta-feira, para reforçar o convite a todos para participarem, na próxima terça-feira, a partir das 14h30, de uma audiência pública em Brasília, na Câmara dos Deputados, com o ministério dos Transportes, com a presença do ministro Alfredo Nascimento e também do DNIT, agendada pelo Fórum Parlamentar Catarinense, que é presidido pelo deputado Edinor Bez. E foi acordado ontem, na

comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, que os membros da referida comissão estarão presentes.

Em uma manifestação feita há um mês, aproximadamente, também em Brasília, em uma audiência com o ministro e lideranças de todo o estado, ficou estabelecido que no próximo dia 12, a partir das 14h30, o ministro convocará todas as empreiteiras para prestarem os devidos esclarecimentos de como está o andamento das obras de duplicação do trecho sul da BR-101.

Srs. deputados, tivemos a oportunidade de, no dia 28 próximo passado, realizar uma audiência pública neste plenário, com a participação maciça das entidades organizadas de classe, como a Fiesc, a Fetrancesc, a OAB, o Crea, o Ministério Público Federal e tantas outras. Contudo, lamentavelmente, não contamos com o comparecimento do DNIT naquela audiência que oportunizou um debate amplo, no qual estava inserido não somente a duplicação da BR-101/sul, como também o rodoanel que vai de Governador Celso Ramos, passando por Biguaçu e São José, até Palhoça, além da duplicação da BR-470.

Lamento fazer uso desta tribuna, sra. presidente, para tecer críticas, porém construtivas, mas existem alguns questionamentos que foram levantados e até o momento não obtivemos respostas transparentes, absolutamente devidas à sociedade catarinense. Refiro-me à questão do pedagiamento.

É factível, admissível e aceitável que do Paraná para Santa Catarina pague-se pedágio, até acho um preço justo, R\$ 1,40, se compararmos às outras praças de pedágio no Paraná, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Quando se paga pedágio imagina-se que se trafegar por uma rodovia totalmente duplicada, humanizada, sinalizada, com condições de segurança e de trafegabilidade. Pois bem, quando se chega à praça de pedágio de Palhoça, do norte para o sul, o motorista tem que pagar pedágio e aí imagina que vai encontrar novamente uma rodovia duplicada, humanizada, sinalizada e com segurança. No entanto, é uma rodovia de pista única, em péssimas condições, mal sinalizada e que vem causando sérios transtornos não somente para o desenvolvimento econômico do estado, como também vem ceifando vidas diuturnamente. Essa é a grande verdade.

Preciso aqui corroborar com o relatório elaborado há dois anos pelos técnicos da Fiesc, que foi intensamente debatido e contestado, inclusive, pelos próprios servidores do DNIT, mas foi comprovado que aqueles técnicos estão com a razão.

Então, estaremos em Brasília, se Deus quiser - e ele há de querer, depende da vontade de cada um de nós -, na próxima terça-feira, para cobrar uma posição do ministro, não uma posição do DNIT, que já não convence mais, essa é a grande verdade, mas uma posição do governo federal quanto a um cronograma que estabeleça datas claras para a finalização da tão esperada duplicação da BR-101, trecho sul.

Deputada Angela Albino, no projeto original, o rodoanel tinha uma extensão de 48km, desde Governador Celso Ramos até Palhoça, e já possuía a LAP - Licença Ambiental Prévia - de instalação. Pois bem, passado algum tempo, sem explicação, sem esclarecimento, a ANTT, responsável pela execução da obra, aceitou um novo projeto da concessionária, que reduziu a extensão do rodoanel em 50%, ou seja, de 48km passou para 24km!

Os questionamentos são feitos com contundência, mas o órgão responsável não dá um esclarecimento preciso à sociedade catarinense. O que está acontecendo? São mais de 70km de rodovias vicinais que estão sendo imputadas à concessionária e fatalmente isso vai exacerbar o preço. Conseqüentemente, quem vai pagar é o usuário, porque o custo vai ser embutido no próprio pedágio.

Outra questão que precisa ser levantada, inclusive pelo Congresso Nacional, que é o fórum legítimo para tratar dessa questão, é com relação à concessão do pedágio em todo o Brasil, porque no Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo está custando R\$ 5,40, R\$ 6,00. E o questionamento que se faz é o seguinte, deputado Marcos Vieira: ou lá há gordura demais ou aqui é inexequível. E se lá há gordura demais e se não for tomada nenhuma providência, fatalmente, em um curto espaço de tempo estaremos pagando o mesmo pedágio que nos outros estados.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Valmir Comin, quero parabenizá-lo pelo excelente trabalho que tem feito à frente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. V.Exa. tem trazido para o plenário desta Casa temas extremamente importantes sobre a infraestrutura de Santa Catarina. A audiência pública que v.exa. promoveu a respeito da BR-101/trecho sul e do anel viário da Grande Florianópolis foi extremamente importante para Santa Catarina.

Então, fiz questão de apartear v.exa. para parabenizá-lo pelo trabalho à frente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

Essa é uma obra que corta Santa Catarina e é o corredor do Mercosul. Vários investimentos deixam de vir para o nosso estado, sobremaneira para a região sul, por falta de uma via de acesso e de escoamento rápido para a produção catarinense.

Queremos, então, reiterar o convite a todos aos demais 39 parlamentares para que estejam presentes na terça-feira próxima, a partir das 14h30, no Congresso Nacional, na sala onde se reúne ordinariamente a bancada federal catarinense, para que possamos debater esse assunto e sair de lá com uma posição definitiva por parte do governo federal.

Era isso, sra. presidente e srs. deputados, o que eu tinha a dizer!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Valmir Comin.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei Complementar n. 0006/2011, que terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0044/2010, 0150/2010 e 0480/2010.

A Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0163/2011, 0164/2011 e 0165/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0166/2011, 0167/2011 e 0168/2011, de

autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0169/2011 e 0170/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0171/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0172/2011, 0174/2011 e 0175/2011, 0177/2011 e 0178/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0176/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0179/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0180/2011 e 0181/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0182/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos também que deferimos de plano os Requerimentos n.s.: 0290/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0291/2011, 0292/2011 e 0293/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0297/2011, 0298/2011, 0299/2011 e 0300/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0301/2011 e 0302/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0303/2011, 0304/2011, 0305/2011 e 0306/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0307/2011, 0308/2011 e 0309/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0311/2011, 0313/2011 e 0314/2011 de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0312/2011 e 0321/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 0315/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0318/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0319/2011, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Requerimento n. 0272/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal e outros, que solicita a constituição do fórum parlamentar permanente para acompanhar e debater a situação econômica dos hospitais filantrópicos e fundações hospitalares de nosso estado em decorrência dos repasses financeiros do SUS.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0294/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel e às diretorias regionais das empresas operadoras de telefonia celular em Santa Catarina, pedindo a instalação de rede de cobertura da telefonia celular, bem como de novas antenas, nos municípios de Arabutã, Xavantina e Arvoredo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0295/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel e às diretorias regionais das empresas operadoras de telefonia celular em Santa Catarina, pedindo a instalação de cobertura da telefonia celular, bem como de novas antenas, nos municípios de Guaramirim e Massaranduba, ao longo da rodovia SC-413.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0296/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel e às diretorias regionais das empresas operadoras de telefonia celular em Santa Catarina, pedindo a instalação de cobertura da telefonia celular, bem como de novas antenas, na localidade de Rio Cerro I e II, no município de Jaraguá do Sul, próximo à SC-416.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0316/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro do Trabalho e Emprego e ao superintendente regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina, pedindo agilidade no atendimento para emissão de carteiras de trabalho na gerência regional da cidade de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0317/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Joinville, pedindo medidas administrativas para a elaboração de um plano municipal de habitação por bairros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0320/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira, requerendo a constituição do fórum permanente para o acompanhamento das obras de construção do novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0027/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando que seja gerenciada junto ao ministério da Fazenda a redução do IPI na compra de veículos Okm destinados às instituições que trabalhem diretamente na inclusão social e amparo à criança e ao adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0028/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado, pedindo o imediato atendimento das reivindicações da comunidade de Blumenau e região na área de segurança pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0029/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre quais os valores aplicados em despesas de pagamento de inativos da Saúde e da Educação pelo estado nos últimos oito anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0030/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, ao secretário da Educação e aos secretários de Desenvolvimento Regional de Quilombo e São Lourenço do Oeste, solicitando informações sobre a obra de reforma do ginásio de esportes na Escola de Educação Básica Professor Celso Rilla, no município de Irati.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, gostaria de registrar que hoje é o dia da minha categoria, da minha classe, que é a dos jornalistas. Quero deixar registrado o orgulho que tenho de exercer essa profissão desde os meus 14 anos e que depois de 15 anos no exercício da função fui buscar a minha formação acadêmica no Instituto Luterano de Santa Catarina.

Quero estender os cumprimentos aos colegas desta Casa, aos que nos estão assistindo e a todos que fazem o seu trabalho com dignidade e exercem essa profissão tão fantástica, deputada Dirce Heiderscheidt, que é a de jornalista. Parabéns a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Parabéns a v.exa., deputado Kennedy Nunes. Em seu nome, quero também dar os parabéns a todos os jornalistas e, principalmente, à jornalista que trabalha no meu gabinete, Linete Martins.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, quero cumprimentar v.exa., que está dirigindo a sessão, hoje, assim como também as demais sras. deputadas, os srs. deputados, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

No dia de ontem ocupei a tribuna desta Casa para tratar de dois assuntos que entendo pertinentes, oportunos e de interesse da sociedade catarinense. Falei a respeito da saúde pública e da segurança pública do estado.

No meu pronunciamento disse que quando participei do *Conversas Cruzadas*, da TVCOM achei estranho, deputado Edison Andrino, que o ministro da Justiça, no mês de março, tenha vindo a Santa Catarina para assinar com o governador Raimundo Colombo a adesão do nosso estado ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci.

Mas lá na TVCOM, no programa comandado por Renato Igor, chamei a atenção que no ano passado o então ministro da Justiça já viera a Santa Catarina assinar o Pronasci com o estado, prometendo liberar R\$ 20 milhões para que fossem comprados equipamentos. Na oportunidade, mostrei os documentos com a assinatura.

Hoje pela manhã, entretanto, alguns deputados da bancada do PT com assento nesta Casa afirmaram que o evento aconteceu em junho do ano passado na verdade não ocorreu, não existiu, e que o secretário Ronaldo Benedet não queria assinar o convênio com o Pronasci.

Eu quero, deputada Ana Paula Lima, trazer ao conhecimento do grande público de Santa Catarina que efetivamente o evento aconteceu. Está aqui a foto tirada no dia 14 de junho de 2010, sendo que a manchete do jornal *Metas*, da Adjori, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“SC adere ao Pronasci

Medida visa ampliar a capacidade de combate à violência no Estado.”

E a foto está publicada no jornal!

(Continua lendo.)

“O ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, e o governador Leonel Pavan assinaram na segunda-feira (14), em Florianópolis, o termo de adesão de Santa Catarina ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Santa Catarina é o 26º estado a entrar no programa.[...][sic]

E mais: se não acreditarmos naquilo que a imprensa catarinense disse, a chamada imprensa do interior, quero dizer que foi manchete do *Diário Catarinense*, no dia 15.

(Passa a ler.)

“Governo de Santa Catarina define como gastará os R\$ 20 milhões previstos pelo Pronasci

Compra de mais de 250 viaturas, cinco mil coletes à prova de bala, 350 computadores e um sistema de bloqueio de celular em prisões. Esse deverá ser o destino dos R\$ 20 milhões que Santa Catarina espera receber com a adesão ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) do governo federal.

[...]

A lista com as prioridades da verba federal esperada foram definidas pelo secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão (SSP), André Luís Mendes da Silveira [...].”[sic]

E aí quero fazer uma correção: o secretário Ronaldo Benedet já não era mais secretário da Segurança Pública, e sim o sr. André Luís Mendes da Silveira.

Srs. deputados e sras. deputadas, está aqui a manchete do *Diário Catarinense* mostrando que, efetivamente, Santa Catarina aderiu ao Pronasci em junho do ano passado. Eu quero voltar a fazer esta pergunta: para onde foram os R\$ 20 milhões, deputado Edison Andrino? O governo federal veio aqui e alardeou com foguetório, caravanas, bandeirinhas e balão dizendo que viriam, no dia 14 de junho, R\$ 20 milhões, mas não vieram! E aí a culpa do aumento da criminalidade é de quem? É do município?

Deputado Edison Andrino, v.exa. foi um brilhante deputado federal, que primou pelo cumprimento das diretrizes elencadas na Constituição Federal, principalmente no que se refere ao fato de a segurança pública ser privativa do governo federal e do governo do estado. Mas agora a união quer fazer com que os municípios possam também praticar atos em favor da segurança pública.

E aí volto a falar aquela frase que disse no Rádio Super Condá: “Tem sido uma constante o governo federal centralizar os recursos, arrecadar cada vez mais impostos da população brasileira, mas também tem sido uma prática descentralizar os problemas para os estados e municípios.”

Mas agora, em relação à segurança pública, o governo federal diz aos municípios que eles também podem praticar alguns atos. Como? Cadê o dinheiro? Como aconteceu sexta-feira na cidade de Chapecó? Que o governador Raimundo Colombo estava lá cumprindo a parte do governo do estado e fazendo com que a prefeitura cumprisse parte daquilo que era obrigação do governo federal? Destinar dinheiro, R\$ 2 milhões, para a segurança pública na cidade de Chapecó?!

Ora, o governo federal arrecada cada vez mais impostos no Brasil, mas tem sido cada vez mais omissivo na resolução dos problemas. E esse é um problema gravíssimo! Onde está a guarda da nossa fronteira para evitar o contrabando de armas e o tráfico de drogas? Porque os estados brasileiros, os municípios e a população brasileira estão sofrendo. Hoje vimos, no Rio de Janeiro, o grave acidente que feriu dezenas de estudantes. É muito ruim ver esse problema de segurança acentuar-se cada vez mais no Brasil.

Da mesma forma, srs. deputados, volto a afirmar que a presidente Dilma Rousseff gastou, somente nos dois primeiros meses, R\$ 1,665 milhão com cartão corporativo, com despesas corriqueiras do Palácio do Planalto e do Palácio da Alvorada. Despesas essas que, com certeza absoluta, dariam para fazer mais de um milhão de cirurgias no Brasil em sistema de mutirão. Vamos gastar menos, vamos gastar bem os recursos públicos!

Sr. presidente e srs. deputados, aproveite os minutos que me restam para comunicar a toda Santa Catarina que ontem apresentei requerimento nesta Casa reconstituindo o fórum permanente para o acompanhamento das obras de construção do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis, há muito tempo desejado e extremamente necessário para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Nosso estado é um dos poucos da federação que ainda não têm um aeroporto à sua altura e importância. O Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, é um aeroporto moderno; o Aeroporto Afonso Pena, em Curitiba, também é moderno. Ocorre que em Florianópolis já estão embarcando e desembarcando tantos passageiros quanto nos aeroportos Afonso Pena e Salgado Filho! Teremos que nos mobilizar para conseguir a

construção do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis, que muito vai servir Santa Catarina.

Ontem esta Casa deu provas de estar cumprindo com suas obrigações, pois aprovou um projeto de lei fazendo com que o estado possa doar uma área, a fim de que Infraero comece a construir. Mas quando se dará o início dessa construção e quanto custará? Quando haveremos de ter a data de inauguração do nosso tão desejado, tão esperado Aeroporto Internacional Hercílio Luz?

Sr. deputados, vamos a luta! Precisamos fazer com que Santa Catarina exija do governo federal aquilo que lhe é de direito, pois pagamos muitos impostos. Que o governo federal centralize os recursos, tudo bem; mas que centralize também os problemas, porque compete à União executar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, cumprimento os demais colegas parlamentares, o público que acompanha esta sessão ordinária, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, havia preparado um material para falar sobre as estradas estaduais de Santa Catarina, mas não posso calar-me diante do tema importante abordado pelo deputado Marcos Vieira, que é a questão da segurança pública.

Ainda hoje foi aprovada na Ordem do Dia uma moção de minha autoria pedindo ao governador do estado que resolva o problema da falta de segurança pública na cidade de Blumenau e região.

Estamos prisioneiros, deputado Moacir Sopelsa, das nossas próprias residências, mas segurança é um dever do estado. Gostaria de lembrar aos srs. deputados que o nosso estado foi o último a aderir ao Pronasci, um programa maravilhoso do governo federal, deputado Marcos Vieira. Digo isso porque, à época, o secretário de Segurança Pública era o deputado Ronaldo Benedett, nosso colega deste Parlamento, deputado Sargento Amauri Soares, que não deu importância devida à Segurança Pública do estado de Santa Catarina. Não tenho medo de dizer isso desta tribuna e nem em qualquer outro lugar, pois ele priorizou a região sul do estado e fez politicagem em diversas outras regiões. O estado de Santa Catarina foi o último estado a assinar o Pronasci, em junho do ano passado, e a senadora Ideli Salvatti trouxe o ministro da Justiça - inclusive eu estava presente naquela audiência pública -, ocasião em que foram destinados R\$ 20 milhões ao estado.

Algumas ações já estão acontecendo, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que é dessa área sabe disso, como o *plus* no salário dos policiais. Mas devo dizer, deputado Sargento Amauri Soares, que a fala do deputado Marcos Vieira, sugeriu-me um pedido de informação ao governador do estado questionando o seguinte: quantos projetos foram desenvolvidos de junho de 2010 até abril de 2011 para receber esses recursos? O deputado Marcos Vieira acha que o dinheiro vem sem projeto? Quero saber o que o governador Leonel Pavan e agora o governador Raimundo Colombo fizeram para acessar esses recursos.

Recentemente o ministro José Eduardo Cardozo veio a Santa Catarina, há mais ou menos 15 ou 20 dias, reuniu-se com o governador Raimundo Colombo e confirmou a importância do nosso estado para a federação.

Então, no pedido de informação que encaminharei ao governador do estado constará a seguinte pergunta: quais foram os projetos mandados a Brasília e quanto já recebeu de recursos federais? Farei isso para que o povo catarinense saiba, de uma vez por todas, que o governo federal tem investido em nosso estado.

Srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, hoje, na cidade de Blumenau, o governo federal está entregando mais 90 unidades habitacionais de um total de quase duas mil. Estaremos presente nesse evento! Há 15 dias houve a entrega de 160 apartamentos para as pessoas que foram vítimas da catástrofe de 2008.

Então, convido todos para amanhã, dia 8 de abril, na cidade de Blumenau, participarem de um encontro em que o deputado federal Décio Lima estará fazendo um seminário de gestores municipais em relação aos projetos do PAC 2. Estarão presentes representantes da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, do ministério das Cidades; da Fundação Nacional de Saúde, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e da Secretaria Nacional de Habitação, durante todo o dia, numa perspectiva de descentralização, de trazer o governo federal para o estado de Santa Catarina, a fim de orientar, deputado Marcos Vieira, os prefeitos, os gestores municipais, na elaboração de projetos para acessar os recursos.

Quanto ao problema da Segurança Pública, que v.exa. abordou, é seriíssimo, porque vivemos num estado de insegurança e as pessoas estão sentindo isso. Há um grande aumento no número de dependentes químicos no estado de Santa Catarina e não há projeto de prevenção e tratamento. Os policiais militares e civis estão trabalhando de forma ininterrupta, deputado Sargento Amauri Soares! Verificamos, nos últimos dias, um alto grau de estresse, e um exemplo é o que aconteceu na capital e em Joinville.

Por isso, deputado Marcos Vieira, v.exa., como parlamentar, tem que cobrar deste governo, que vai fazer 100 dias de mandato, uma ação na Segurança Pública. Não adianta achar culpados porque este governo já está há oito anos na linha de frente, indo para o nono ano de governo e não disse ainda a que veio. Não melhorou em nada o estado de Santa Catarina, seja na Saúde, na Segurança Pública, na Educação, seja na Infraestrutura. E o povo está esperando!

Quero reforçar o convite para um encontro amanhã, dia 8 de abril, no Hotel Himmelblau, na cidade de Blumenau, onde os representantes de vários ministérios estarão presentes para fazer um debate com os gestores públicos. Já temos 350 inscrições entre prefeitos, vereadores e secretários municipais, que querem receber orientação sobre execução de projetos e acesso aos recursos ao PAC 2.

É desta forma que o governo federal trabalha, ou seja, orientando os gestores públicos. Nunca houve tanto dinheiro à disposição dos prefeitos, dos governos estaduais, mas para ter acesso a eles não basta falar, é preciso elaborar os projetos.

Os municípios do estado de Santa Catarina sofreram nos últimos dois anos com

intempéries climáticas, a exemplo dos deslizamentos de 2008. Alguns dizem que eles não receberam os recursos adequados. Por quê? Porque o dinheiro veio diretamente para a conta da Defesa Civil Estadual. Muitos ainda estão sofrendo as consequências das calamidades de 2008, daí a importância desse seminário, para que saibam que o dinheiro está disponível, mas que precisam fazer excelentes projetos.

Era isso que tinha para relatar, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que nos acompanha nesta manhã.

Gostaria de fazer o registro desse episódio lamentável acontecido no Rio de Janeiro, onde uma pessoa, armada, entrou num colégio dizendo que daria uma palestra e disparou contra diversas pessoas, principalmente adolescentes entre 12 e 14 anos. Há 11 mortos e 22 feridos, sem contar com o próprio atirador, mas ainda não se sabe se por suicídio ou por ação da Polícia daquele estado que, evidentemente, desde os primeiros minutos, estava cercando o colégio. A situação de desagregação, inclusive, psicológica da sociedade brasileira está causando esse tipo de situação dramática.

Quero registrar, ainda, a nossa alegria em saber que o Supremo Tribunal Federal, no dia de ontem, considerou legal a lei do piso nacional do Magistério, uma conquista dos professores, das professoras, de todos os municípios, de todos os estados da federação.

O governo Luiz Henrique da Silveira havia entrado com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, uma Adin, contra o piso nacional do Magistério e agora o estado vai precisar adequar-se, no governo Raimundo Colombo, a essa decisão para cumprir uma lei que é considerada legal, constitucional, sempre foi, embora o governo do estado, à época, achasse que não.

Aos professores, que terão sua assembleia no dia de hoje, queremos expressar a nossa solidariedade e o nosso aplauso a essa decisão do Supremo Tribunal Federal.

Srs. deputados, hoje é o Dia Mundial da Saúde, e os médicos que atendem através de planos de saúde estão paralisados, não atenderão hoje e pedem uma reflexão sobre esse dia. Na verdade, o que querem é ampliar os ganhos, essa é a triste realidade. Eu não vou entrar no mérito se os médicos estão ganhando bem ou mal, evidentemente toda a categoria tem o direito de buscar um salário melhor, mas essa é uma situação lamentável para os médicos que trabalham com os planos de saúde.

Participamos de uma audiência pública ontem, neste plenário, da comissão de Saúde, e se pudesse retirar apenas uma frase daquela audiência, dentre outras não menos importantes que foram ditas, cito as palavras de um cidadão, representante da sociedade civil, que perguntou se o Sistema Único de Saúde funcionaria melhor se todos dependessem dele.

Nós temos a clareza de que sim, de que se fosse proibido no Brasil cobrar por atendimento médico-hospitalar a saúde melhoraria, porque há um terço da população

que tem condições de pagar um plano de saúde e, evidentemente, nesse pequeno grupo estão todas as autoridades da sociedade, os tomadores de decisão dos Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e Ministério Público.

Essas pessoas, os tomadores de decisão, que fazem parte desse um terço da população conseguem pagar um plano de saúde e, na maioria das vezes, não dependem diretamente do Sistema Único de Saúde. Por isso a situação fica como está!

O mesmo ocorre na Educação! Se todos nós fôssemos obrigados a colocar nossos filhos nas escolas públicas, com certeza haveria mais preocupação com a qualidade do ensino público no nosso país. Então, essa forma de convívio do público com o privado tem servido para prejudicar os dois terços da população que não têm condições de pagar pelo ensino particular. Essa é a triste realidade e uma reflexão que precisamos fazer.

Muitas pessoas podem achar que estamos falando de ideias, de sonhos, mas isso não é verdade, isso é absolutamente possível, pois países mais pobres, do ponto de vista econômico, energético, do que o Brasil não cobram nada por nenhum procedimento na área da saúde, não cobram nada por qualquer nível de formação educacional.

Por que o Brasil não pode fazer isso? Não pode fazer porque há interesses privados misturados aos interesses públicos, para que alguém ganhe com isso. Objetivamente é por isso que não é possível melhorar ou não há melhora na Saúde e na Educação no Brasil.

Falando ainda sobre a questão da segurança, gostaria de dizer que todos têm solução para resolver o problema, mas aqueles que estão na linha de frente atendendo à população são deixados em segundo, terceiro, quarto plano.

O governo do estado pode tomar todas as medidas, inclusive contratar mais efetivo para a Polícia Militar, para os Bombeiros, para outras instituições e para a Saúde. É necessário contratar mais, deputado Edison Andrino, mas que estejam aptos para estar na rua atendendo à população; é preciso que aqueles que já estão lá sejam valorizados em termos de salário, em termos de carreira, de respeito humano e de diálogo. Não é possível melhorar, se a situação continuar como está. E lá na base, os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros estão falando em fazer operação padrão, operação tartaruga. Não é a Aprasc, ela não escreveu, não publicou, não decidiu a respeito disso; vai discutir a partir desta semana. Mas falam em operação padrão, em operação tartaruga. Se situação já está ruim na Segurança Pública, imaginem se essa é a predisposição dos soldados, dos cabos, dos sargentos que estão na linha de frente atendendo à sociedade, com certeza, a situação vai piorar.

Agora, aproveitando a quinta-feira, vou falar sobre algumas curiosidades da crônica política brasileira e mundial.

Deputada Ana Paula Lima, bastou o senador Aécio Neves fazer um discurso que virou notícia nacional nos grandes meios de comunicação. Tudo bem que ele é senador, que foi governador de Minas Gerais, mas bastou fazer um discurso dizendo coisas que se falam há vários anos no Brasil, inclusive nesta Assembleia Legislativa, para o seu discurso virar notícia nacional.

Essa é somente uma curiosidade para que a sociedade brasileira possa refletir sobre de onde surgem os projetos políticos vencedores, muitas vezes através de factóides

que são tratados como se fossem grandes acontecimentos.

Outro acontecimento, agora de nível internacional, é o seguinte: o Congresso dos Estados Unidos tinha até hoje para aprovar o Orçamento do Poder Executivo. Não havia aprovado até anteontem e a imprensa estava em pânico dizendo que se não aprovasse nesta semana o governo dos Estados Unidos iria parar. Até aqui, tudo bem! Mas a imprensa brasileira, os meios de comunicação do Brasil preocupadíssimos com essa questão?!

Então, para dar uma provocada, deputado Edison Andrino, diria: que maravilha, não approve! Já pensou o governo dos Estados Unidos parar? Somente assim o presidente Barack Obama iria fazer jus ao injusto Nobel da Paz. Ora, o Prêmio Nobel da Paz ao presidente de um país que vem provocando a maioria das guerras no mundo nos últimos anos?! Ah! Mas é coisa de George Bush. Não é apenas de Bush, porque Barack Obama continua fazendo a mesma coisa! Inclusive, agora declarou guerra contra a Líbia.

O governo dos Estados Unidos parando, será preciso fechar as bases militares que circundam a Amazônia, o que seria uma maravilha, pois poderíamos - já que o governo parou, não poderia pagar o salário do pessoal - até fazer uma vaquinha para pagar a passagem de volta dos gringos que estão aqui nos espionando e explorando-nos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Edison Andrino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Srs. deputados, deputada Ana Paula Lima, que dirige esta sessão, gostaria de pegar uma carona no discurso do deputado Marcos Vieira, que sugeriu a criação, nesta Assembleia Legislativa, de um fórum para discutir, apressar e encerrar definitivamente a novela da internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz, com a construção do novo terminal.

Tenho uma preocupação muito grande no que diz respeito aos cortes do governo federal, pois a própria presidenta Dilma Rousseff tem anunciado que ajustes precisam ser feitos.

Temos o anel viário da Grande Florianópolis, que é uma obra que nos levou a fazer várias reuniões em Brasília. Inclusive, na Assembleia Legislativa, a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano já se manifestou por várias vezes, mas infelizmente o anel viário, cujas obras deveriam ter início em 2011, sequer tem projeto de engenharia pronto. A empresa já está cobrando pedágio há mais de três anos, inclusive no trecho não duplicado, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, que tem a obrigação de fiscalizar a iniciativa privada e defender o poder público, até agora não tomou nenhuma providência.

Estamos muito preocupados, pois segundo uma matéria do *Diário Catarinense*, no último final de semana, o engenheiro responsável pela restauração e reforma da ponte Hercílio Luz diz que sem dinheiro não há como dar prazo. E disse mais, afirmou que a ponte Hercílio Luz pode cair se não houver recursos necessários para reforma e restauração desse nosso patrimônio histórico, tombado pelo governo do estado de Santa Catarina e um patrimônio do povo catarinense.

O contrato com a empresa restauradora é de R\$ 163 milhões. Foram gastos, de 2008 até agora, R\$ 28 milhões, que representam 15% do valor necessário para recuperar a ponte Hercílio Luz. Ai pergunto: se já gastaram R\$ 28 milhões - fora os R\$ 172 milhões gastos de 1982 para cá -, estão faltando mais de R\$ 100 milhões para que a ponte fique pronta. Ou seja, foram investidos vultosos recursos que poderiam ter sido aplicados em outra obra, em outro setor da economia de Santa Catarina. De qualquer maneira, não podemos deixar a ponte Hercílio Luz da maneira em está, mas fontes do próprio governo estadual afirmam que os recursos investidos na ponte poderiam ser aplicados em outras prioridades catarinenses e que poderíamos buscar recursos através da Lei Rouanet, que incentiva patrimônio tombado, para concluir a reforma da Hercílio Luz. Mas se não conseguirmos recursos através da Lei Rouanet, vamos deixar a ponte Hercílio Luz cair?

Então, esta Casa, deputada Ana Paula Lima, tem que criar um fórum. E faço um apelo ao deputado Marcos Vieira, no sentido de que não se crie um fórum para tratar somente da questão do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, mas para ajudar na busca de recursos junto ao governo federal para o aeroporto, para o anel viário e para a ponte Hercílio Luz. Porque os únicos órgãos que possuem recursos para aplicar através da Lei Rouanet são estatais como a Petrobras, a Eletrosul e a Vale do Rio Doce. Onde vamos buscar R\$ 100 milhões?!

Então, creio que esta Casa tem um papel político fundamental, no sentido de auxiliar o governo do estado a sensibilizar o governo federal na busca desses recursos.

Também temos obras que começaram no governo passado que não sabemos por que começaram nem aonde vão. Por exemplo, a arena multiuso de Canasvieiras e sobre isso a deputada Angela Albino marcou uma audiência pública para hoje, às 14h, aqui na Assembleia Legislativa. Nessa obra já foram gastos mais de R\$ 7 milhões, mas lá está um esqueleto, que você não sabe se vai continuar. Parece-me que há problemas de contrato, que a Caixa Econômica Federal não quer liberar o financiamento do contrato feito porque não foram cumpridas algumas obrigações.

Então, são obras que dizem respeito ao estado de Santa Catarina, mas principalmente à capital dos catarinenses. Precisamos criar um fórum de deputados, principalmente os deputados da Grande Florianópolis.

Quanto à questão do saneamento básico, precisamos resolver de uma maneira integrada, e para isso precisamos criar a região metropolitana, que consta de lei aprovada por esta Casa, mas cuja estrutura administrativa ainda não foi definida através de decreto do Poder Executivo.

Então, solicito ao deputado Marcos Vieira que o fórum sugerido por ele tenha uma abrangência maior, que trate do aeroporto, que trate do anel viário, que trate do saneamento básico da Grande Florianópolis e que trate deste patrimônio importante para todos nós, catarinenses e florianopolitanos, que é ponte Hercílio Luz. Imaginem esta cidade sem essa referência física, histórica, que é a ponte Hercílio Luz!

Precisamos buscar recursos, mesmo porque já se investiu muito na ponte e não tem sentido deixar a recuperação parada. Discordo da opinião de alguns de que a ponte recuperada, restaurada, não serviria para nada. Não é verdade! O próprio engenheiro responsável diz que ela pode ser aproveitada

para o sistema viário de Florianópolis, tendo no futuro, acho que não é um sonho, uma ilusão, um metrô de superfície, para que o transporte coletivo comece a substituir o transporte individual.

Hoje um cidadão me perguntava na rua como iríamos resolver o problema do trânsito em Florianópolis e respondi que enquanto forem emplacados de mil a dois mil veículos por mês na cidade, enquanto forem emplacados quase 15 mil veículos por ano, não há sistema viário que resolva. O governo precisa urgentemente - e não falo somente do prefeito Dário Berger, mas também do governo

do estado e do governo federal, principalmente - definir políticas públicas claras a respeito do transporte coletivo deste país. As cidades não terão solução para o transporte coletivo enquanto não houver uma política do governo federal para incentivá-lo.

Por isso, é importantíssimo discutir essas iniciativas de transporte marítimo e de sistema de metrô de superfície, mas que também se aplique e aí depende de políticas...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana

Paula Lima) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 162, de 12 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **LUIZ LEONIDAS LOPES**, matrícula nº 1413, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a Chefia da Seção de Fotocópia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2011 (DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 163, de 12 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **DENISE DA SILVA**, matrícula nº 2124, da função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2011 (CC - Comissão de Saúde).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 164, de 12 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **MIRIAN DA GRAÇAS HERZMANN VIEIRA**, matrícula nº 1295, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2011 (CC - Comissão de Saúde).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 165, de 12 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **ALBERTO JOSE SILVEIRA DE**

SÁ, matrícula nº 1268, da função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2011 (CC - Comissão de Saúde).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 166, de 12 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **LIGIA DE OLIVEIRA**

STOETERAU, matrícula nº 1098, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2011 (CC - Comissão de Saúde).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 167, de 12 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0314/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA Voluntária por Tempo de

Contribuição, ao servidor **PAULO CESAR DE BONA PAMATO**, matrícula nº 0580, no cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais observados a paridade, consoante prescreve o artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 168, de 12 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0390/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR ao servidor **LAEDIO SILVA**, matrícula nº 3145, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 28 de março de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO DIA 06 DE ABRIL DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO OSNI RÉGIS, PARA DISCUTIR A ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.

Aos seis dias do mês de abril do ano dois mil e onze, realizou-se no Plenário Osni Régis da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), a audiência pública promovida pela Comissão de Saúde para discutir a atenção básica em saúde nos Municípios da Grande Florianópolis. Dando início à audiência, o senhor **Presidente Deputado Estadual Volnei Morastoni** agradeceu a presença de todos e chamou para fazer parte da mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Ismael dos Santos; Deputado Estadual Jorge Teixeira, membro da Comissão de Saúde; Deputado Estadual Valmir Comin, membro da Comissão de Saúde; Renato Hining, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; Deputado Mauro de Nadal, membro da Comissão de Saúde; Professor Carlos Alberto Justo da Silva, magnífico Reitor da UFSC; Walter Gomes Filho, representando o Secretário de Estado da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira; Sonia Piardi, Promotora de Justiça da Defesa da Saúde do Município de Florianópolis; Kliver Schmidt, Diretor de Atividades Especiais do Tribunal de Contas de SC; Clecio Espezim, Secretário de Saúde de Florianópolis em exercício; Maurício Pessutto, Procurador da República, da Procuradoria da Saúde do Ministério Público Federal; Antônio Miranda, Diretor do Hospital Nereu Ramos. Registrou as seguintes presenças: Claudia Lopes da Costa, presidente da Associação Beneficente e Cultural Gente da Gente de Coloninha; José Nilton da Silva, Secretário Municipal de Saúde, do Município de Angelina; Ari Dutel, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Palmitos; Jocélio Voltolini, Secretário de Saúde de São Bonifácio e coordenador do Colegiado de Secretários; Libório Soncini, Superintendente dos Hospitais Públicos do Estado de SC; Salvio Osmar Tonini, Secretário Municipal de Saúde de São João Batista; Edio Fernandes, representando a Associação Amigos do Estreito; Lucas dos Santos Ferreira, assessor parlamentar, neste ato representando a Deputada Estadual Angela Albino; Edileusa Garcia Fortuna, Presidente do Sindicato dos Funcionários da Saúde de SC; Irmã Maria Heerdt, representando o Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Conceição do Município de Angelina; Michele Vitória Silvestre, neste ato representando o Departamento de Fisioterapia do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte da UFSC; Rosângela Passig Turnes, Secretária Municipal de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz; Daniela Raquel Rabelo de Oliveira, Secretária Municipal de Saúde de São José; Antonio Battisti, Presidente do Sindicato dos Servidores Estaduais (Sintespe). A seguir, propôs que a audiência pública homenageasse o Dia Mundial da Saúde, comemorado no dia seguinte (sete de abril). Fundamentou a realização da audiência pela necessidade de avaliarem qual a verdadeira situação da saúde na Grande Florianópolis, considerando os programas da atenção básica, especialmente a estratégia Saúde da Família, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e a correlação com os hospitais. Informou que a Comissão de Saúde da Alesc visitou o Hospital Regional São José e o Hospital Infantil Joana de Gusmão, e que realizará uma extensa programação de audiências públicas pelo Estado, propostas pelo Deputado Dado Cherem, para discutir a descentralização da alta complexidade em pediatria e a saúde em geral; que após as visitas aos hospitais a Comissão decidiu realizar a audiência pública para conferir a saúde como um todo na região, e analisou que não tem como discutir a situação dos hospitais se estiver dissociada da atenção básica, da Saúde da Família, a grande porta de entrada no SUS. Comentou que a direção do Hospital Regional São José alegou que os seiscentos atendimentos diários na emergência poderiam ser atendidos nos Municípios de origem se a atenção básica estivesse funcionando de acordo, se tivessem equipes da Saúde da Família suficientes, se tivessem Unidades de Pronto Atendimento; da mesma forma o Hospital Infantil Joana de Gusmão, que atende 60% dos atendimentos da emergência provenientes da Grande Florianópolis

e 40% de outras regiões do Estado. Disse que a Comissão sabe dos problemas da saúde, que vem de longa data, que são os mesmos problemas de dez anos, mas estão cada vez mais agravados. Comentou que as manchetes dos jornais estampam, mais uma vez, a espera sem fim por atendimentos pelo SUS. Mostrou o relatório elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado, contendo auditorias nos hospitais e no Fundo Municipal de Saúde dos Municípios, um trabalho importante e substancial que o TC realiza, contribuições que servirão para um diagnóstico da saúde. Citou um princípio da Medicina: o melhor tratamento é o diagnóstico! Comparou que esse princípio aplica-se na saúde, porque a partir dos elementos adquiridos nas audiências pelo Estado terão embasamento para efetivamente ter um balanço da realidade e apresentar soluções para a saúde. Sinalizou que o SUS é o caminho! É uma minoria que pode dispor de planos privados, dos quais a lógica perversa é o lucro e os profissionais de saúde ficam aquém do que deveriam ficar, em termos de reconhecimento. Reforçou que o SUS é o caminho, mas o modelo assistencial tem que ser revisto; que devem fortalecer conquistas que já existem, como a Saúde da Família. Disse que gostaria de apresentar um relato da situação dos Municípios, mas não foi possível. Informou que o relatório do TC apresenta a situação de São José, Biguaçu e Palhoça, contendo auditorias dos programas da Saúde da Família, da Atenção Básica e do Samu. Destacou que, no final de todas as audiências, sistematizando as informações, a Comissão estará com o Governador para encaminhar esses temas. Falou que o Governador eleito herda uma situação e tem que responder, e estimou que, a mensagem que ele encaminhou à Alesc - que a saúde é a prioridade do seu governo, e que as pessoas estão em primeiro lugar - seja cumprida. Citou a inscrição que estava na porta da faculdade de Medicina que cursou: a Saúde é a suprema lei! Alertou que devem fazer uma inflexão. Agradeceu novamente a presença de todos e disse que a Comissão é suprapartidária, porque trabalha pelo interesse maior da saúde do catarinense. Por solicitação, concedeu a palavra ao senhor **Gilberto Henrique Godoi**, que disse que é paciente de saúde mental em Itajaí, e estranhou que a presidência chamou autoridades para a mesa, deixando de contemplar com os usuários, que é o lado mais interessado. O senhor **Presidente Deputado Estadual Volnei Morastoni** admitiu que o orador acima estava com razão, e para contemplá-lo, convidou a senhora Edileusa Garcia Fortuna, Presidente do Sindicato dos Funcionários da Saúde de SC, para compor a mesa. Comunicou que a Comissão recebe muitos documentos que falam dos vários problemas de saúde, e passou a palavra aos membros da mesa, começando pelo senhor **Deputado Estadual Jorge Teixeira**, membro da Comissão de Saúde, que saudou os presentes e optou por abster-se de falar, em virtude de que o Presidente da audiência teceu as considerações iniciais para realização do evento, que é representativo, e frisou que ouviria as reivindicações da plenária. Por sua vez, o senhor **Renato Hining, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis**, cumprimentou os presentes, parabenizou o trabalho que a Comissão está fazendo, que é de fundamental importância para discussão da saúde e busca de caminhos para minimizar os problemas da saúde. Contou que assumiu a Secretaria em março e está tomando conhecimento das várias atuações do órgão, e que numa reunião com os prefeitos, para iniciar um debate sobre o que seria focado como ação da Secretaria, o assunto sobre a saúde dominou a reunião. Disse que ainda em abril ou maio pretende fazer uma nova reunião com os Secretários de Saúde dos Municípios e com a Secretaria de Estado da Saúde para debater em profundidade esse tema. Falou que é administrador e tem experiência em gestão pública, e como político adquiriu experiência do que é bom e do que não é, do que deve ou não ser feito, e pelas informações que tem colhido, enfatizou que devem mudar a lógica de raciocínio em alguns casos. Complementando o que o Presidente falou, afirmou que na Grande Florianópolis há vários hospitais que precisam ser mantidos em diversos Municípios pequenos e que o custo é elevado. Questionou se essa lógica não deve ser mudada para que se busquem alternativas. Admitiu não saber qual o caminho, mas sente que devem avançar nesse sentido. Comentou que fez questão de estar presente na audiência para adquirir maiores informações, e como gestor afirmou que quer contribuir com planos de ações e estabelecer

metas de curto, médio e de longo prazo, de forma coerente e planejada. *[Taquígrafa-revisora: Sabrina Roberta Schmitz]* O **senhor Presidente Deputado Estadual Volnei Morastoni** estimou que o Secretário Renato, que está em um importante posto para a Grande Florianópolis, possa tomar a saúde com garra de prioridades, e passou a palavra ao **Deputado Estadual Valmir Comin**, que, após cumprimentar os membros da mesa e os demais presentes, disse que já teve a oportunidade de debater o tema proposto ao percorrer a região sul do Estado em uma audiência pública realizada em Criciúma e que depois desta audiência também irá percorrer a região do planalto serrano e do oeste catarinense. Ao fazer uma reflexão sobre a arrecadação do Estado, informou que nos últimos dez anos os valores aumentaram nove vezes, subindo de R\$ 167 milhões para R\$ 1,3 bilhão, mas que, contudo, os problemas vêm se agravando cada vez mais. Nesse sentido, disse que se fala muito em diminuir as filas do atendimento básico, só que, ao mesmo tempo, não se promove uma verdadeira correção no ajuste da tabela do SUS. Para ele, tudo é uma questão de gestão e, evidentemente, isso envolve recursos. Falou que o SUS, embora seja o maior programa de saúde do mundo, infelizmente está totalmente defasado. Por isso, ponderou que se não existir uma tabela adequada à realidade dos padrões dos técnicos, dos médicos deste País, essa situação irá se prolongar por muito tempo. Mencionou que o governo tem percorrido todo o Estado elencando quais as prioridades de investimento e que deverá haver um caixa de R\$ 1 bilhão, R\$ 1,2 bilhão de investimento. Diante disso, considerou esta audiência pública como um momento oportuno para se debater e ouvir a exposição de todos os envolvidos com a questão da saúde, tentar adequar a situação à legislação, e cobrar uma ação efetiva por parte do governo. Adiante, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, aproveitou para informar que será feita uma audiência pública sobre a questão do financiamento e da tabela do SUS, enaltecendo a importância da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 para que a União cumpra com o seu percentual da quota-parte na saúde. Em seguida, disponibilizou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Mauro de Nadal** que, depois de cumprimentar todos os presentes, disse que seu objetivo maior é colher informações para que o Parlamento possa contribuir com o SUS do Estado. Ponderou que há alguns pontos de estrangulamento no dia-a-dia dos hospitais que, ao final, resumem-se a recursos financeiros, além da falta de profissionais. A respeito, afirmou que os Municípios, principalmente os pequenos, estão fazendo o seu tema de casa. Citou o Programa Saúde da Família - PSF, para o qual é repassado do governo federal mais ou menos o valor de R\$ 8 mil, entendendo que com esse valor não é possível pagar um médico. Questionou, então, de que forma se pode servir à saúde. Considerou que é preciso votar a EC nº 29 para tornar obrigatório que o governo federal invista em saúde. Ainda disse que esse compromisso não deve ser repassado somente aos Municípios, pois, segundo ele, além de isso não resolver o problema, esse compromisso também é do Estado catarinense com a contrapartida do governo federal. Nesse sentido, disse que não há um único Município em Santa Catarina que gaste menos de 15% em saúde e que o apoio estadual e federal proporcionará os avanços que a sociedade precisa. Encerrando, parabenizou o presidente da Comissão de Saúde pela presteza na condução dos trabalhos e desejou que bons encaminhamentos sejam retirados desta audiência pública. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Carlos Alberto Justo da Silva, magnífico Reitor da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina** que saudou as autoridades da mesa na pessoa do senhor Deputado Estadual Volnei Morastoni. Ponderou que o conceito da ONU sobre saúde é o bem-estar físico, mental e social é um conceito muito difuso diante da necessidade de se saber como atendê-lo. Salientou que será preciso um grande esforço do Parlamento para rever a questão do financiamento da saúde. Segundo ele, hoje, quando se faz comparações sobre saúde pública e saúde suplementar, fala-se de um sistema de R\$ 90 bilhões para financiar 160 milhões de pessoas e de outro sistema que tem R\$ 100 bilhões para financiar 40 milhões de pessoas. Explicou que normalmente o SUS é comparado com outro sistema que tem quatro vezes mais recursos para prestar o mesmo nível de atenção, com o agravante de que quando o custo é alto vem-se para o sistema público fazer transplantes ou serviço de alta complexidade. Dito isso, acrescentou que o conceito ampliado de saúde e a demanda da população fazem com que seja necessário pensar em saúde com seriedade neste país. Mencionou o PSF que foi implantado com razoável grau de sucesso em vários países ao constituir uma equipe para cada mil indivíduos, mas que no Brasil já se deparou com uma

equipe para cinco mil indivíduos, o que torna difícil o atendimento com qualidade e com eficácia. Por isso, falou que é preciso aplicar modelos de forma correta. Por outro lado, falou que é sabido que para cada cinco equipes deve existir uma Unidade Básica de Saúde - UBS. Explicou que, muitas vezes, a UBS e a PSF são confundidas passando a ideia de que não funcionam. Continuando, disse que para cada cinco UBSs deve haver uma policlínica regional e para cada duas UBSs é preciso existir um hospital terciário, que não existe ou existe e não tem condições de atendimento. Isso, segundo ele, passa por uma revisão completa do que é saúde e do que é o sistema. Manifestou que se orgulha quando anda pelo País, pois muitos têm inveja do sistema catarinense, isso porque os indicadores demonstram que Florianópolis é referência em saúde no Brasil. E mesmo assim disse que ninguém está satisfeito, assim como na Finlândia e na Suíça ninguém está. Ilustrou que o dia em que um médico ou um cientista descobrir uma pílula que proporcione viver 150 anos sem nenhuma doença, logo viria um dia em que alguém iria querer viver 151 anos e assim por diante. Desse modo, disse que é preciso definir os recursos e ampliar a questão do financiamento e tratá-los com eficácia, já que dos R\$ 90 bilhões arrecadados para a saúde, somente R\$ 18 bilhões atendem a média complexidade. Complementou dizendo que para cada R\$ 1,00 que o governo paga na tabela para atendimento em saúde, há um custo de R\$ 2,60 para quem presta o atendimento. Por isso, considerou difícil a manutenção dos financiamentos de diversas instituições. Sugeriu que o PSF precisa ter indicadores para saber se a eficácia está sendo atingida, pois se a equipe for para meras triagens a fim de pedir exames, será gasto posteriormente um dinheiro desnecessário para resolver os problemas. Reiterou que é preciso criar indicadores de resolubilidade da atenção primária, das UBSs, da atenção secundária e da terciária. Para ele, isso significa melhorar a gestão não esquecendo que há falta de profissionais, em quantidade e qualidade, e de motivação. Também destacou a importância da questão salarial ligada a essa motivação. Adiante, falou que enquanto elemento formador, cabe à academia formar profissionais e que a academia veio até esta audiência pública tentar saber dos usuários do sistema o que querem que façam as instituições aqui representadas. Nesse sentido, mostrou-se disposto a fazer com que a academia alcance todos os anseios. Lembrou que saúde é um atendimento em rede e que o ponto mais forte dessa rede será dado pelo ponto mais fraco, seja ele um hospital, uma unidade de atenção primária ou um PSF, pois tratar saúde significa tratá-la de forma integrada para dar conta dos seus pontos mais frágeis. Mencionou que na UFSC os profissionais se formam em toda a rede de atenção em saúde do Município para, na prática, aprenderem a resolubilidade dentro de uma unidade de atenção primária, dentro de uma equipe de um PSF ou dentro de uma UBS e, assim, atenderem a demanda dos usuários. Por último, falou que o maior hospital de Florianópolis tem cerca de 300 leitos e que o número de leitos desativados de todos os hospitais juntos chega a 300. Por isso, segundo ele, em vez de se construir novos hospitais é melhor dar condições de funcionamento para aqueles que já existem. Colocou-se à disposição de todos para a busca de soluções para a saúde. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni**, enalteceu a importância de convidar os dirigentes das universidades que são formadoras dos profissionais da área da saúde e de todas as áreas e, além disso, informou que há dez ou onze escolas de medicina no Estado, perfazendo uma média de 300 médicos formados por ano. Em seguida, fez alguns registros de presença para então disponibilizar a palavra ao **senhor Walter Gomes Filho, representando o Secretário de Estado da Saúde Dalmo Claro de Oliveira**. Antes, porém, disse que entende que a Secretaria estadual não pode estar em um andar superior e os Municípios em um andar inferior, e sim estarem lado a lado. Segundo ele, cabe à Secretaria um importante papel para fazer esse trabalho técnico, financeiro, lembrando que, muitas vezes, os pequenos Municípios não dão conta de determinadas tarefas de planejamento ou de projetos. Questionou, então, onde está a Secretaria e qual o seu papel nessa parceria com os Municípios para construir esse Sistema Único de Saúde, pois, para ele, esse é um dos pontos mais importantes nesse debate. Além disso, indagou quanto que a Secretaria compartilha com os Municípios, pois vê-se que os 12% ainda não estão sendo cumpridos ao passo que os Municípios estão cumprindo 15%, 20%. Informou, ainda, que há Estados que compartilham até 60% da receita com os Municípios. Reiterou a necessidade de uma estreita relação de planejamento do Estado com os Municípios para que seja possível superar essa realidade. Fazendo uso da palavra, o **senhor Walter Gomes Filho**

saudou as autoridades e os demais presentes. Iniciou dizendo que muitos dos assuntos que ele gostaria de falar já foram abordados e que grande parte dos problemas da saúde é conhecida. Desse modo, falou que a dificuldade está em transformar esse conhecimento em ações que venham ajudar a nossa população. mencionou que esse é o seu papel na Secretaria de Estado da Saúde onde desempenha essa atividade de planejamento na qualidade de superintendente de gestão e planejamento. Sobre o financiamento, disse que os Municípios são hoje os responsáveis pelo único dinheiro novo que entrou nos últimos tempos no SUS, e que realmente não há Município que aplique menos de 20%. Falou que o Estado, nos últimos anos, tem aplicado, sim, os 12% que lhe são devidos; no entanto, disse que a União se nega a aplicar a sua parcela da EC 29 sempre alegando a falta de regulamentação. Por isso, explicou que as necessidades da alta e da média complexidade acabam ficando em segundo plano. Disse que há uma grande concentração da prestação desse tipo de serviço na área litorânea do Estado, sobretudo na área de Florianópolis, onde há nove hospitais próprios de um total de quatorze espalhados pelo Estado. Segundo ele, isso dificulta um pouco a atuação que é feita junto ou complementarmente com os gestores municipais. Destacou que há algumas dificuldades em recursos humanos, sobretudo na fixação de profissionais com qualidade, lembrando que muitos deles acabam se fixando a centros maiores por conta até mesmo da falta de oportunidade que há no interior do Estado. Acha que isso tem mudado nos últimos anos, mas que é preciso criar políticas públicas que fixem esses profissionais no interior do Estado. *(Taquígrafa-revisora: [D'Agostini])* Também afirmou que há alguns problemas, até ameaças, que não nasceram com esse objetivo, surgiram como forma de ajudar a população, mas que hoje em dia encontram-se bastante questionáveis, sobretudo do ponto da efetividade, quer dizer, presta-se determinado tipo de auxílio, mas não se consegue avaliar se realmente foi auxílio ou não à população, como é o caso da "judicialização" em saúde. Disse que se entende, sim, que a saúde é dever do Estado, mas não se para aí, pois a própria Constituição afirma que é dever do Estado mediante aplicação de políticas públicas com essa finalidade, mas que, infelizmente, boa parte do Judiciário não entende o SUS como política pública de saúde. Ainda registrou que, infelizmente, hoje em dia patrocina-se até a indústria farmacêutica, por concessão de liminares, fornecendo medicamentos que sequer possuem registro na Anvisa, muitas vezes não se conseguindo medir a efetividade da utilização desses medicamentos. Citou que outra grande ameaça ao SUS são os consórcios públicos de saúde, que têm se proliferado pelo nosso Estado e têm que ser objeto de estudo e de reflexão, não por parte somente do Estado, mas também dos gestores municipais, revelando que em alguns lugares os consórcios públicos de saúde começaram a praticar tabelas diferenciadas, e ao fazer isso está matando o SUS em determinadas regiões. Continuando, declarou a importância do Programa Saúde da Família (PSF), mas que se entende que o programa tem que ser tripartite; não é efetivamente um programa do governo federal, pois este banca a menor parcela do PSF. Informou que, hoje, com relação ao Programa Saúde da Família, é destinado ao Município em torno de R\$ 10 mil (sabe-se que os agentes comunitários de saúde compõem o PSF) e mais alguma contraprestação do Estado, mas que cada equipe do Saúde da Família custa ao Município algo como R\$ 30 mil, pelo menos, e não se tem como manter essa discrepância, a ponto de inviabilizar o programa. Disse que é de comum popular que a saúde não tem preço, mas o custo da saúde não é pequeno e vem aumentando cada dia por conta da maior complexidade, do aumento do acesso da população aos serviços de saúde. Complementando, lembrou a frase do professor Paraná: "Mas o que é saúde?", observando que, prevalecendo a lógica de hoje em dia, sobretudo a da "judicialização", daqui a pouco se vai imaginar que promoção à saúde é educação, moradia, sistemas de higiene, de esgoto, de limpeza, de nutrição, já que todos esses problemas levam, de alguma forma, a problemas de saúde, e tem que se lutar por todas as conquistas da população e por outras que virão. Posto isso, comentou que o Deputado Valmir Comin foi muito pertinente quando falou das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), da distribuição da atenção básica entre os Municípios, da efetividade dessas ações e da parceria entre Estados e Municípios (o Deputado Volnei Morastoni também citou essa relação), pois a relação é estabelecida na própria concepção do SUS, em esferas de discussão, em eternas câmaras técnicas e no próprio debate que existe através da Comissão Intergestores Bipartite - há representação do Estado e dos Municípios -, definindo políticas públicas para a área da saúde. Encerrando, registrou que esses são pontos que devem vir à

tona durante o debate e agradeceu a todos por poder se manifestar. A seguir, o **senhor Clécio Antônio Espezim, Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis em exercício**, cumprimentou o Deputado Estadual Volnei Morastoni, Presidente da Comissão de Saúde, os demais membros da mesa, as autoridades, os usuários e em especial os Secretários Municipais de Saúde presentes. Em seguida, disse que hoje, na mídia, nas rádios, muitas questões estão sendo debatidas contra a problemática da saúde pública, mas é muito importante resgatar e falar que o Sistema Único de Saúde (SUS) veio para ficar e tem que ser cada vez mais fortalecido, pois se sabe que o SUS, como proposta política para o País, é um ganho muito grande tendo em vista os seus princípios organizativos e normativos, tais como a universalidade, a equidade, o controle social, a integralidade. Observou que não se pode esquecer que antes de 1988 havia pequena parcela da população que era beneficiada pelo setor público - trabalhadores filiados à Previdência, ao INPS -, e hoje se atende cerca de 190 milhões de brasileiros. Citou que o Estado de Santa Catarina, desde 1990, já internou mais de 1 milhão de pessoas e mais de 500 milhões de procedimentos já foram efetivados de 1990 a 2002, mas que se desejava que isso não acontecesse, que se queria que o trabalho fosse direcionado para a promoção e a prevenção da saúde. Registrou que o Brasil é campeão em transplantes, nas questões das doenças preventivas, em relação muito mais às DSTs, à Aids; que no Brasil o Estado é campeão e exemplo para os trabalhos de vacinação, em que as Secretarias Municipais de Saúde, os Municípios, esmeram-se nisso e cumprem essa tarefa. Ainda, salientou que o SUS tem vários desafios e problemas que têm que ser resolvidos, que é preciso ter mais Brasil, mais saúde, mais eficiência, mais honestidade e muito mais dinheiro, mas que o dinheiro sem gestão também não tem como poder administrar. Por isso, afirmou que é preciso que haja gestores comprometidos e gestores profissionais, mas que, infelizmente, na legislação do SUS não se coloca o perfil do gestor municipal de saúde, que o gestor tem que, no mínimo, ter conhecimento técnico, administrativo e, muito mais, sensibilidade no ato de administrar, de trabalhar, de receber as pessoas, principalmente aqueles que procuram as nossas unidades, pois nesse momento os pacientes estão no lado mais sensível da sua condição humana. Continuando, trouxe à tona que o SUS tem uma tríade muito grande, que é o seu coração e a sua alma: a promoção, a proteção e a reabilitação. Lembrou que a reabilitação é mexer com aqueles que não estão bem, é fazer o cuidado, comentando que a promoção e a prevenção em saúde são fundamentais, o grande eixo das Leis Orgânicas da Saúde, a grande alma da reforma sanitária de 1986, que tem que ser cada vez mais observada. Comentou que os Municípios vêm desenvolvendo muito essas ações de promoção na medida em que vão atuando e que é necessário ter maior apoio das esferas federal e estadual, para que possam promover cada vez mais essas ações. Destacou que o Município de Florianópolis tem 420 mil pessoas, 101 equipes de Saúde da Família e cobertura populacional de 85%; que é muito baixa a taxa de internação por AVC, diabetes, hipertensão e outras causas perfeitamente evitáveis - uma das menores dos três Estados do Sul; que a mortalidade infantil está em um dígito - 8.7 por mil nascidos vivos; e que esses são exemplos de que se tem que investir na promoção e na prevenção em saúde. Registrou que o Ministério repassa para o Município R\$ 6.300,00 por equipe de Saúde da Família, mas que se gasta muito mais; que Florianópolis, com 101 equipes, e outros Municípios, com 5, 10, 20, 30 equipes, gastam muito mais por profissional médico; que uma equipe é composta por dois técnicos de enfermagem, um médico, enfermeiro, agentes comunitários de saúde, uma grande equipe que tem que estar não somente na sua unidade como na sua área de abrangência. Comunicou que o Município de Florianópolis recebe esse aporte do Ministério, mas que o Estado não dá contrapartida, e não tem nada que o obrigue a dar, não tem legislação sobre isso, mas que essa parceria com o Estado é questão de sensibilidade para isso. Revelou que este Município tem duas Unidades de Pronto Atendimento; que a UPA Norte faz de 600 a 650 atendimentos/dia e a UPA Sul faz de 400 e 450 atendimentos/dia; que quando chega dezembro, janeiro e fevereiro as UPAs chegam a 1 mil, 1.120 atendimentos por dia; que a produção anual de 2010 (o relatório foi enviado para a Assembleia Legislativa) na UPA Norte foi de 128 mil atendimentos e na UPA Sul foi de 118 mil atendimentos, superior aos hospitais da Grande Florianópolis. Ainda, expôs que o Município tem quatro policlínicas de atendimento e cada uma chega a ter, dependendo da demanda, do perfil epidemiológico, 17, 27 especialidades, chegando a mais de 500 mil atendimentos somente nas especialidades médicas. Colocou que

muitos Municípios, como o de Florianópolis, também vêm se desenvolvendo dentro das suas condições orçamentárias e financeiras, mas que a questão do dinheiro é muito importante, porque não tem nenhum Município no Estado que aplique menos do que é exigido (15%), sendo que o Município de Florianópolis aplica 21% na saúde, 31% na educação, porém, em questões sociais, aplica 51%. Em seguida, disse que muito vem se falando em hospital, em construção de hospital, e, vendo o doutor Libório nesta audiência, lembrou que sempre diz que é fácil ser Secretário de Estado da Saúde, principalmente no Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul, onde não se tem quase nenhum hospital para administrar, mas que a Secretária de Estado da Saúde tem cerca de treze hospitais, mais os hospitais terceirizados, o que é uma complexidade muito grande. Salientou que o Município de Florianópolis, pelos dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), tem 1.219 leitos pelo SUS e 361 que não são do SUS, totalizando 1.580 leitos, o que dá o parâmetro de 3.85 leitos por 1.000 habitantes, quando o Ministério da Saúde, que se guia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) - está muito bem colocado em algumas portarias -, estabelece que sejam considerados de 2.5 a 3 leitos por 1.000 habitantes para que se possa implantar mais hospitais, o que quer dizer que Florianópolis, com 3.85 leitos, ultrapassa a média direcionada pelo Ministério da Saúde, pela OMS, e a Grande Florianópolis, com 3.120 leitos, perfazendo o parâmetro de 3.12 leitos, também tem o suficiente. Ainda, colocou que a saúde não se faz com problemas estruturais, não se faz construindo hospital; que se deseja, na verdade, que haja gestão mais profissionalizada; e que se precisa que nessas unidades hospitalares estejam gestores que tenham observada a sua ficha, a sua carreira, o seu comprometimento com a causa pública, seja na área administrativa, na área técnica, para que cada vez mais se tenha eficiência hospitalar. afirmou que na questão hospitalar outro ponto importante é a vocação, pois é preciso dar aptidão aos hospitais, citando o Hospital Governador Celso Ramos, considerado colcha de retalhos, pois não há conhecimento do que realiza ou não, mas sabe-se que lá tem atendimento. Disse que é preciso discutir algumas questões, perguntando por que não se faz do Celso Ramos um grande pronto socorro, semelhante ao de Porto Alegre, para que atenda a Grande Florianópolis; por que não se ativa os leitos do Hospital Infantil, que tem 196, faltando 96 leitos; por que não se trabalha com a gestão estadual para que o Cepon passe a ser efetivamente hospital de referência do câncer - existe há tempo e nada se fez até agora; por que não se apta ou municipaliza o Hospital de Florianópolis, pois isto está no termo de compromisso de gestão, quando Florianópolis assumiu. Prosseguindo, registrou que é preciso ter boa gestão hospitalar, dar aptidão aos hospitais, trabalhar as unidades hospitalares existentes no Estado, pois em torno de 60% têm menos de 50 leitos e não possuem resolubilidade nenhuma, somente consomem os recursos, afirmando ser preciso grande política, planejamento, trabalho hospitalar para que se desenvolvam as ações necessárias. Também perguntou por que o Estado não faz parceria público-privada com os hospitais, que é outra parceria importante e que tem a ver com o Estado, dando como exemplo o de Santo Amaro da Imperatriz, para aqui no Sul dar mais segurança à BR-282, à BR-101; por que não faz parceria com o hospital de Biguaçu, recentemente instalado, para que se possa dar maior segurança aos usuários; e por que não faz mais parcerias com os Municípios de São José e Palhoça, que estão construindo unidades de pronto atendimento. Também registrou que o Município de Florianópolis tem duas unidades de pronto atendimento e recebe recursos na ordem de R\$ 165 mil, mas mensalmente gasta, pela produção, R\$ 1 milhão 120 mil; que 95% são somente para a folha de pagamento de cada UPA, porque a UPA florianopolitana tem, 24 horas, dois clínicos gerais, dois pediatras e um cirurgião, e tem atendimento odontológico. Concluindo o assunto, questionou se para administrar hospitais é necessário fazer mágicas, trabalhar com unidades organizacionais, as OSs - Organizações Sociais -, etc., afirmando que, com gestão efetiva, com contrato de meta estabelecido, com metas físicas dizendo quantos atendimentos, quantas cirurgias, com contrato de gestão, com assinatura de termo de compromisso, se pode descentralizar "orçariamente" as unidades hospitalares, para que elas possam captar recursos, ter melhor poder de compra, avaliar diretamente, a fim de que cada vez mais se desenvolva as ações pertinentes a isso. Finalizando, disse que é preciso menos hospitais e mais gestão e mais saúde. Dando seguimento à audiência pública, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, agradeceu ao Secretário em exercício Clécio Antônio Espesim pela manifestação, dizendo que, em sua

opinião, o senhor Clécio citou alguns problemas importantes. Posto isso, anunciou a presença das Deputadas Estaduais Angela Albino e Luciane Carminatti; do doutor Celso Luiz Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas e que até recentemente era o presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde; do Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, membro da Comissão de Saúde da Alesc, a quem convidou para compor a mesa; e da senhora Teresinha Niehues, da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, conhecedora da saúde desta região. Prosseguindo, para organizar o andamento da audiência pública, anunciou que a próxima oradora é a senhora Edileuza Garcia Fortuna, presidente do Sindsaúde; na sequência, o doutor Cliver Schmidt, diretor do Tribunal de Contas de Santa Catarina; depois, a Promotora Sônia Maria Demeda Groisman Piardi, da Promotoria de Justiça do Estado; em seguida, o Procurador da República Maurício Pessuto, da Procuradoria de Saúde do Ministério Público Federal; e, após essa etapa, a Deputada Estadual Angela Albino e o Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, para, a seguir, a palavra ficar aberta a todos os presentes. Ainda, explicou ser importante as pessoas falarem livremente, mas pediu para cada um controlar o tempo, manifestando-se por uns quatro minutos, a fim de que se possa ter o máximo de participantes, já que atenderam ao convite da Comissão. Feitas essas considerações, o senhor Presidente passou a palavra à **senhora Edileuza Garcia Fortuna, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde Privado e Público Estadual (Sindsaúde)**, que cumprimentou todos os presentes; o Deputado Volnei Morastoni pela iniciativa, e em seu nome os componentes da mesa; e a Promotora de Justiça Sônia, assim saudando os profissionais da saúde e os usuários do SUS, pois entende que a doutora Sônia cumpre muito bem o papel na defesa do Sistema Único de Saúde. afirmou que inicialmente foi contemplada com muitas manifestações anteriores, como a do Secretário Clécio - até certo ponto. Porém, salientou que se precisa garantir que o financiamento do SUS seja 100% público e reforçou que o SUS é uma conquista popular e precisa ser fortalecido dia a dia, dizendo que esse é o papel de todos como usuários e profissionais da saúde. Prosseguindo, registrou que o Sistema Único de Saúde vem sendo colocado como calvário, que os trabalhadores dos hospitais públicos, especialmente da Grande Florianópolis, são os cristos da vida. Destacou a realidade, já conhecida, de alguns hospitais, como o Nereu Ramos, que teve o Centro Cirúrgico fechado 100%, o Centro de Material improvisado numa salinha e a Ala 5, que era HIV, derrubada e todos foram colocados juntos em outra ala. Com relação ao Hospital Regional, leu parte do documento entregue à direção do hospital pelos funcionários da Emergência que diz que em várias ocasiões houve debates para fazer um melhor atendimento, mais humanizado, e que chegaram à conclusão de que são muitas as necessidades, mas que uma das principais é a falta de pessoal; que em todos os níveis encontram dificuldades relacionadas aos recursos humanos, mas em termos de nível técnico estão chegando ao extremo, uma vez que os profissionais atuando nessa realidade encontram-se na máxima exigência do seu potencial, onde encontram alguns esgotamentos físicos e psicológicos." Também citou um relatório de 2009 a respeito da falta de profissionais, que é imensa, dizendo que o senhor Luiz sabe muito bem disso porque trabalha lá. Ainda relacionado ao Hospital Regional, registrou que não há leito desativado, mas que, hoje, doze leitos do quarto andar, onde é a maternidade de alto risco e o puerpério, estão sendo usados para clínica médica e oftalmologia, sendo que os pacientes do Centro Obstétrico e da Triagem Obstétrica esperam mais de 24 horas na sala de parto porque não há vaga nesse andar. Contou que no Instituto de Cardiologia falta espaço físico, pois os melhores profissionais da área atuam nesse Instituto. Expôs que no Hospital Celso Ramos 67 leitos foram fechados e que somente na Enfermagem faltam 123 servidores. Informou que no Hospital Infantil Joana de Gusmão desativaram 96 leitos e que há falta de servidores em todas as áreas. A respeito do Hospital Florianópolis, disse que em 2009 eram 14.000 atendimentos e hoje são 4.000 atendimentos, somente na Emergência; que em 2009 eram 80 leitos e hoje são 6 leitos; que eram 506 servidores e hoje não chegam a 200 servidores. Ainda, explicou que os servidores foram remanejados em razão de que o hospital está quase totalmente fechado (funcionam 6 leitos de observação) devido à reforma, necessária, mas que agora há mobilização porque parece que o Florianópolis fechará 100%. Continuando, enfatizou a necessidade imediata de contratação (no próximo dia 16 de abril vence o concurso público para a contratação de servidores) a fim de haver a abertura desses leitos desativados,

ociosos, porque os leitos estão assim por falta de servidor. Citou que todo dia ouve-se o calvário, a dificuldade, a falta de investimento no SUS e que, na avaliação do servidor, dos profissionais da saúde, essa exibição da deficiência, da falta de qualidade, tem objetivo - explicará em seguida. Disse que na semana anterior foi noticiada no Globo Repórter uma médica que trabalha 241 horas por semana e que essa é a realidade da maioria dos profissionais, mas que a pergunta é como essa médica consegue trabalhar 241 horas em uma semana, sendo 34 horas por dia, porque se trabalha (na Grande Florianópolis) mais de 45 horas por semana, com uma qualidade difícil de dizer. [Taquígrafa-revisora: Denise V. Silva] Destacou o que está escancarado é a entrega dos 11 hospitais públicos, e não somente daqui, mas também os HUs e todos os hospitais para a iniciativa privada dizendo que funciona. Citou que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo expôs que 37% dos órgãos públicos produzem mais do que a iniciativa privada. Contou que num seminário realizado sobre organização social, para debater a realidade de São Paulo e Minas Gerais se destacou que o problema está na burocracia do Sistema Único de Saúde para licitação. Avaliou faltar na Secretaria de Saúde planejamento para licitação, execução de obras e planejamento de pessoal, explicando que esse problema já acontece a muitos anos em todos os Estados do País e precisa ser resolvido, observando que a transferência dos hospitais públicos para a iniciativa privada não resolve o problema da burocracia se o problema for a licitação; se for tratado direto com o fornecedor acabará com a impossibilidade e os estudos mostram que a haverá corrupção. Sobre a questão do Hemosc e do Cepon comentou que ambos são exemplos de OS (organização social) em Santa Catarina. Relatou que na enfermaria tem 37 pessoas, 14 estão afastados por tratamento de saúde e a direção do Cepon e da Fahece já foi informada, porém não resolveram o problema até hoje. Informou que no hospital existem 36 leitos, seis estão fechados; que os pacientes chegam com a doença em estágio avançado; que as intervenções terapêuticas e a marcação de exame demoram; que os pareceres cirúrgicos e a cirurgia demoram. Relatou ainda que o Cepon não possui centro cirúrgico; que tem problemas de gastrostomia; que não possui serviço de emergência; não possui Raio X, não tem intensivista e nem UTI e que muitas vezes os pacientes morrem na fila de espera, e tudo isso ocorre na organização social, na filantropia e na iniciativa privada. Ressaltou que há médicos com mais de um vínculo empregatício, do Estado e da Fahece, trabalhando lá dentro. Destacou que a Fahece, que administra sem licitação e sem burocracia, não conseguiu terminar o Hospital do Cepon; que em julho de 2010 o governo do Estado garantiu repasse de R\$ 4 milhões para terminar o centro cirúrgico e inaugurar o hospital no Itacorubi, mas isso não se realizou. Finalizou reafirmando há necessidade de fortalecer e debater o Sistema Único de Saúde e afirmou que são contra a organização social porque o Hospital do Cepon serve de exemplo. **O senhor Presidente, Deputado Volnei Morastoni**, agradeceu à senhora Edileusa e registrou a presença do Deputado Estadual Dirceu Dresch, da Deputada Ana Paula e do Vereador, doutor Ricardo Camargo Vieira. Em seguida passou a palavra ao senhor **Cliver Schmidt, Diretor de Atividades Especiais do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**, que cumprimentou todos e esclareceu que o Tribunal de Contas está intensificando as suas atividades no âmbito da fiscalização da saúde nos últimos três anos e que trabalha na forma de diretrizes para encaminha das auditorias desde 2007. Comunicou que desde 2009 o Samu possui o programa Saúde da Família nos Municípios de Palhoça, São José e Biguaçu. Comentou que apesar de algumas situações que ocorreram em 2009 pudessem estar alteradas, citou que à época 2.700 pessoas aguardavam para ser atendidas na ortopedia de Palhoça e 1.200 pessoas esperavam para ser atendidas na oftalmologia, em São José. Com relação à infra-estrutura mencionou que foram levantadas várias questões, principalmente em relação às normas da vigilância sanitária, pois o material de limpeza era guardado junto com os medicamentos em diversas unidades. Discorreu sobre as equipes médicas afirmando que muitas delas não tinham médico como o Município de Biguaçu que tem 14 equipes e uma está sem médico; que em Palhoça das 24 equipes, cinco estavam sem médico e no Município de São José das 40 equipes, 12 estavam sem médico e que isso compromete o atendimento da população. Noticiou ainda que o valor repassado do financiamento federal é de R\$ 6,440 e o valor estadual é de R\$ 804,00 e todo o excedente é financiado com o recursos próprios do Município. Em relação aos hospitais expôs que o Tribunal tem intensificado as auditorias pontualmente em algumas atividades como lavanderia e alimentação. Citou que no ano passado foi feita uma auditoria operacional no Hospital Regional Hans Dieter

Schmidt, em Joinville, onde a gestão é feita por meio de indicadores, e o Tribunal de Contas e a equipe definiu aquele Hospital como referência de gestão no Estado comprovando assim que é possível ter uma gestão pública eficaz no âmbito público. Com relação a OS e as terceirizações falou que em março do ano passado foi formada a rede de controle de gestão pública com representantes do Ministério Público Federal e Estadual, do Tribunal de Contas do Estado, da União, da CGU e de outros segmentos, esclarecendo que o grupo de trabalho vai começar atuar esse ano, que vai tratar do assunto terceirização e vai traçar algumas diretrizes de atuação dos órgãos de controle. Salientou que precisa ser definida a natureza complementar, que a Constituição fala, e disse não saber se a intenção do legislador é de que saúde pública seria a complementar, substitutiva ou não. Esclareceu que em relação aos valores o Tribunal de Contas, que na análise das contas do governo está demonstrado que a aplicação da saúde no Estado, ao cumprimento dos 12% constitucional, está sendo utilizada para o pagamento dos inativos, mas isso não será mais possível a partir de 2011. Explicou que se juntarem os exercícios anteriores ficará em torno de R\$ 50 milhões por ano, e se somar a desvinculação da receita com a ampliação do Fundo Social, que em média gera em torno de R\$ 50 milhões, será um total de R\$ 100 milhões a serem aportados no âmbito da saúde a partir de 2012. Expôs que os valores da "judicialização" só no âmbito estadual chegam a R\$ 100 milhões, ultrapassando os valores de gastos do Hospital Regional, para o atendimento de oito mil pessoas, fornecendo médicos por via judicial. Agradeceu e colocou-se a disposição de todos. A seguir, a doutora **Sonia Piardi, Promotora de Justiça da Defesa da Saúde do Ministério Público Estadual**, que saudou a todos. Analisou que a lógica da saúde precisa ser mudada, saindo do foco da doença para ir ao foco da prevenção. Afirmou que o Programa Saúde da Família, ao ser criado, deveria ser completo, com médicos, enfermeiros, dentistas, e quando houvesse a demissão de um profissional o mesmo deveria ser substituído rapidamente. Em relação à estruturação de atenção básica disse não ser possível admitir falta de médicos e pronto atendimento nos Municípios. Comentou que as policlínicas fazem parte da atenção básica e devem operar adequadamente para resolverem os 80% de resolutividade nos casos que estão apresentados. Observou que as emergências estão sempre lotadas, principalmente a do Hospital Regional pela falta de estrutura no Município de São José, alegando que um Município que vive trocando 15, 16 vezes de Secretário da Saúde em um ou dois anos não pode funcionar, que assim não há gestão no Município. Afirmou que com o protocolo de Manchester as prioridades têm que ser as urgências, por isso a necessidade de um pronto atendimento para não recarregar o Hospital Regional e também por isso há necessidade das unidades básicas, por isso é necessário que as equipes médicas funcionem pelo menos até as vinte e duas horas. Comentou estar feliz com a fala do professor Carlos Alberto ao dizer que os acadêmicos de medicina estão trabalhando na saúde coletiva, que através de um convênio os acadêmicos trabalham nas unidades básicas de saúde, mas ressaltou a importância de os planos estadual, municipal e regional não serem esquecidos porque lá estão as reais necessidades da população. Corroborou com o doutor Clecio Espesim, Secretário de Saúde de Florianópolis em exercício, ao falar da necessidade em se ter mais gestão na saúde e menos hospitais. Explanou que há falta de dinheiro, mas se o dinheiro fosse corretamente aplicado as deficiências seriam menores e se os funcionários inativos da saúde fossem retirados da folha de pagamento da saúde, porque a obrigação é do Tesouro, o Estado teria mais dinheiro, em torno de R\$ 50 milhões, e poderia ser feita muita coisa. Analisou que a "judicialização" desestrutura qualquer organização, principalmente na área de exames e de medicamentos. Frisou que alguns medicamentos requeridos através de ações judiciais não têm a sua comercialização registrada na Anvisa, por isso é contrabando, pois obrigam o Estado, o Município e a União a comprar. Declarou que é impossível abrir licitação de medicamentos que tem a sua licença já cancelada na Anvisa. Enfatizou que se algumas medidas fossem tomadas em relação aos pacientes que recebem medicamento do Estado como a fiscalização aos pacientes que tomam o remédio para ver a efetividade do mesmo, se realmente é necessário a continuidade do remédio porque muitas vezes o tratamento é temporário, se essas medidas fossem tomadas não oneraria ainda mais os cofres públicos. Comunicou que hoje é necessário apresentar receitas periódicas para continuar recebendo o medicamento. Concluiu convidando o senhor Libório Sansini, Superintendente dos Hospitais Públicos do Estado de SC, e o doutor Valmor para fazerem um acordo referente a ação civil

pública, do Ministério Público Estadual de Santa Catarina, para adequado dimensionamento dos profissionais da saúde nos hospitais da Grande Florianópolis, esclarecendo que essa ação está tramitando porque o Sindicato dos Médicos entende que deve ser um número, sendo que o Coren, a Cremers, a Associação Médica e a Secretaria entendem que devem ser outros números, por isso é necessário sentarem todos juntos, chamando as entidades, para chegarem a um denominador comum e quantificar funcionários para capacidade instalada, porque se o Poder Público destinou 300 leitos para o hospital é porque havia necessidade dos 300 leitos e um terço ou a metade não pode estar desativado; se as salas cirúrgicas são 10, não podem funcionar quatro ou cinco, seja por não ter anestesistas ou equipamentos para realizar a cirurgia. Elogiou a iniciativa do Ministério Público Federal ao entrar com uma ação no HU para que fossem admitidos os profissionais necessários para ativar toda a capacidade estrutural instalada no Hospital Universitário. Analisou que essa ação tem o mesmo viés, tanto é que uma liminar foi concedida para que todas as salas cirúrgicas do Hospital Regional fossem atendidas e que fosse contratado mais um ortopedista para emergência daquele hospital. Lembrou que a escala de trabalho dos médicos tem que estar exposta e se os profissionais não aparecem para trabalhar a chefia é responsável. Cobrou o cumprimento de uma ação que foi recomendada no ano de 2006, e aceita pelo Estado, que solicitava a desocupação dos espaços públicos irregulares e ilegalmente. Acrescentou que não ampliam o Centro de Cardiologia do São José porque falta espaço, mas se a floricultura, a lanchonete e a revistaria saírem daquele espaço, poderão ampliar. Sobre a questão das irregularidades sanitárias nos hospitais da Grande Florianópolis esclareceu que também existe uma ação civil pública, pois as atuações da vigilância sanitária não estão sendo cumpridas pelo Poder Público, mas que também podem sentar à mesa para discutir. *[Taquígrafa-revisora Jacqueline de O.V. Bitencourt.]* Detalhou que quando precisa ajuizar uma ação já perdeu 50% do que se propunha, visto que o foco de atuação do Ministério Público Estadual sempre foi defender na Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (Ampasa), da qual é fundadora e atualmente vice-presidente, a resolução extrajudicial. Narrou que está à frente da Promotoria desde que ela foi criada em 2008 e pode contar nos dedos se teve de ajuizar cinco ações, visto que, primeiro, a negociação vai até as últimas consequências e, segundo, porque judicializando não quer dizer que o problema esteja resolvido. Externou que existe muita lentidão por parte do Judiciário ao julgar as ações civis públicas, havendo preferência por julgar questões que envolvam bancos com vara específica. Finalizou agradecendo pela oportunidade. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** parabenizou a Promotora de Justiça Sonia Piardi pela sua posição muito determinada frente à Promotoria e passou a palavra ao **senhor Procurador da República Maurício Pessuto**, que inicialmente cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e disse que a realização de audiências públicas para tratar do sistema de saúde é de fundamental importância. Lembrou que existe uma previsão legal de que as Secretarias Estadual e Municipais de Saúde têm de prestar periodicamente aos membros do Poder Legislativo contas da execução dos serviços, não só do que foi produzido e do gasto do dinheiro público, como também prestar esclarecimentos acerca das condições atuais. Observou que nas audiências públicas tem que estar prevista e assegurada a ampla participação popular. Observou que esses momentos devem ser não só de recebimento de informações, mas de apresentação de novas demandas e dos problemas existentes para que haja um efetivo debate entre os usuários e as instituições responsáveis com vistas ao aperfeiçoamento de um serviço de fundamental importância que está previsto na Constituição da República em capítulo específico. Externou que Santa Catarina é um dos Estados que apresenta maior quantitativo de ações judiciais que tratam da referida matéria. Deixou claro que não gosta de usar a via de judicialização, que a acha ruim, mas é um fenômeno que está posto e que demonstra, por outro lado, a existência de certa inoperância no serviço. Fez coro ao que havia sido mencionado anteriormente a respeito da importância do Sistema Único de Saúde, dos avanços proporcionados à sociedade brasileira de modo geral pela inclusão do princípio da universalidade e pela disponibilidade de serviços, mas opinando que não é perfeito, por isso a importância de se trabalhar para sua evolução. Ainda em relação a essa experiência de judicialização do serviço de saúde, disse que de fato existe uma demanda reprimida no Estado, fato comprovado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina a partir de uma pesquisa técnico-científica que mostra o grande número de filas de espera para a realização de

cirurgias eletivas. Relatou que quando se perquire a respeito da produtividade de cirurgias eletivas, percebe-se que o quantitativo produzido é insuficiente para atender o aumento nas filas no mesmo período. Clareou que os hospitais de importância da Grande Florianópolis são foco de atendimento em função de deficiência de atendimento em outras localidades e que, em razão disso, o Ministério Público Federal solicitou informações a respeito dessas dificuldades por que passam, mencionando exemplificativamente o Hospital Regional São José e o Hospital Governador Celso Ramos. Revelou que alguns Municípios da Grande Florianópolis têm se destacado nessa atuação com um trabalho digno de exemplo, já outros têm sido apontados pela simples inexistência de atendimento, encaminhando aos hospitais situações que poderiam ser resolvidas nos postos de saúde, nas unidades de pronto-atendimento. Prosseguindo, expôs que a Secretaria da Saúde do Estado recentemente apresentou dados que confirmam o que o Tribunal de Contas havia mencionado, divulgando que o Hospital Regional recebe na sua emergência 70% de casos que poderiam ser resolvidos nas unidades de pronto-atendimento e o Hospital Governador Celso Ramos recebe 80%. Deixou claro que sabe que recursos para a Saúde são necessários, mas que a discussão não é apenas recursos e sim a gestão deles, que neste momento talvez tenha mais importância do que a própria reanálise da questão orçamentária. Explicou que existem limites a respeito do que se pode e do que não se pode fazer para tornar o trabalho produtivo, pedindo, para tanto, que o que não seja atribuição estadual e municipal seja buscado em nível federal; quanto ao que é possível, sugeriu como encaminhamento uma avaliação a respeito de custos e a criação de unidade de pronto-atendimento na região metropolitana da Grande Florianópolis. Finalizou dizendo que sabe da existência de outras questões de saúde que ultrapassam a questão da atenção básica, sugerindo ao Deputado Volnei Morastoni audiência para tratar o assunto em outra oportunidade. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** informou que a Comissão já estava pronta para iniciar as audiências públicas trimestrais nas quais a Secretaria Estadual de Saúde deve apresentar os relatórios de gestão. Em seguida, comunicou a todos que o prazo pré-estabelecido para a audiência havia terminado, mas como muitas pessoas ainda queriam se manifestar, sugeriu permanecerem reunidos por mais trinta minutos. Com a aquiescência de todos, destinou, então, três minutos para cada participação. Ato contínuo, passou a palavra à **senhora Leoni Margarida Simm, presidente da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUC)**, que saudou os presentes e registrou sua preocupação em relação ao termo judicialização, que, em sua opinião, coloca a questão de forma de que tudo é igual. Disse que muitos medicamentos e tecnologias específicos da área do câncer foram pleiteados mas a Anvisa não liberou, mostrando sua certeza de que se fossem disponibilizados aos pacientes diminuiriam consideravelmente os custos na área da saúde, sendo evitadas internações, por exemplo. Em seguida, lembrou que um dos palestrantes havia dito que saúde não tem preço mas tem custo, bem como que não sabia se estavam salvando vidas e questionou os dados apresentados, ao que disse, em nome da Amuc, que o gestor tem obrigação de ter dados e informações, caso contrário, qualquer conotação que faça é questionável. Prosseguindo, contou da necessidade de técnicos capacitados para equacionar tais problemas. Voltando à judicialização, disse que o Estado de São Paulo encontrou uma saída que Santa Catarina poderia copiar, qual seja, o fornecimento de medicamento de alto custo através de processo administrativo, desde que com protocolos previamente acordados. Finalizando, expôs que o usuário não estava sendo ouvido suficientemente, havendo necessidade de mais diálogo em relação a um problema que conhece a fundo. Por sua vez, a **senhora Deputada Estadual Angela Albino** registrou que havia feito um planejamento de intervenção, mas em virtude do pouco tempo entraria direto na questão de partem do pressuposto de defesa do SUS como ferramenta de promoção do povo e da necessidade de se congregarem esforços em torno da aprovação da Emenda nº 29, mas como lhe cabia tratar apenas da questão estadual, contou que a reforma administrativa da Casa teve um impacto de R\$ 11 milhões e não consta sequer uma linha sobre servidor público. Continuando, lembrou que durante a reunião havia sido falado sobre a fixação do servidor no interior do Estado, mas que muitos devem lembrar que em 2010 foi feita uma grande batalha no sentido de evitar a aprovação de uma gratificação só para os que trabalham no prédio da Secretaria da Saúde. Expôs que por ser este um governo de continuidade ele tem que adotar outra postura. Em seguida, reportou-se a um relatório do Tribunal de Contas do Estado

que diz que na estratégia Saúde da Família o Estado deveria contribuir com R\$ 1.600, que são 25% do valor que a União contribui, R\$ 6.400 por equipe, mas contribui com apenas R\$ 804, portanto, abaixo do que a estratégia determina. Disse, ainda, que querem a área da penitenciária pública, sim, mas não para um hospital, visto que já existem hospitais na região, que o que se precisa é de equipamentos e que seja feito concurso público, pois não é com prédios que se constrói saúde. Lamentou que o governo, que é um agente público por excelência, diga que os agentes públicos não têm condições de dirigir as organizações públicas e que portanto precisa de organizações sociais, o que não passa de um termo chique para a palavra privatização. Finalizando, fez o seguinte encaminhamento: acompanhar, juntamente com o Secretário do Desenvolvimento Regional Renato Hinnig, o cumprimento da determinação do Tribunal de Contas do Estado sobre a Saúde da Família e envidarem esforços no sentido de resolver o problema do prazo do concurso público dia 16 de abril próximo. Na continuidade, fez uso da palavra o **senhor Vereador Ricardo Camargo Vieira, da Câmara de Vereadores de Florianópolis**, que cumprimentou todos os presentes e falou de algumas percepções em relação ao que chega à Câmara de Vereadores e ao que vivencia no dia a dia como trabalhador da saúde. Colocou claramente que a presente discussão traz os mesmos pilares de enfrentamento da época da criação do SUS, que é a discussão do modelo de saúde, se é curativo, se é preventivo e, por outro lado, se é privatista ou público. Expôs que a precarização dos hospitais públicos está sendo discutida por conta da precarização da atenção básica. Disse que os gestores têm que entender que a luta pela saúde deve começar no local onde as pessoas vivem, nos postos de saúde, caso contrário, remarará sempre contra a maré. Contou que Florianópolis tem em torno de 350 médicos na Secretaria da Saúde e falta corpo médico para a atenção básica; que em São José, Palhoça e Biguaçu a situação é lastimável, todos os paciente são encaminhados para o Hospital Florianópolis, que está sendo entregue de bandeja para a organização social. Falou que enquanto não for rompida a lógica de que saúde é promover saúde e evitar problemas de saúde, continuará havendo discussão sobre a falta de leito hospitalar, de estrutura hospitalar. Explicou que a solução dos problemas é a radicalização dos princípios das diretrizes do SUS, principalmente o respeito ao controle social e o fortalecimento dos conselhos estadual e municipais de saúde. Ato contínuo, o **senhor Luiz Antônio da Silva, do Fórum Popular Estadual de Saúde (Fopes)**, cumprimentou todos e disse que gostaria de reforçar determinada questão, qual seja, a lógica mercantilista da saúde. Explanou que quando se ouve a própria gestão dizer que é ineficiente, que há necessidade de o Estado ficar mais perto das pessoas, ele tem nome, sobrenome e CPF. Expôs que a lógica da entrega está dentro do Estado e que se tem que prestar atenção que ela é exatamente no sentido do capital, do lucro fácil. Disse que o Hospital Regional está atendendo mais de trezentas mil pessoas por ano, questionando como é possível fazer tantos atendimentos com R\$ 7 milhões de investimentos. Opinou que é fundamental radicalizar os princípios, romper a lógica do lucro fácil, tendo em vista que mais da metade do dinheiro da Saúde vai para a média e alta complexidade. [Taquígrafa-revisora: *Dulcinéia Maria Goulart.*] Fazendo uso da palavra, o **senhor Deputado Estadual Sargento Amauri Soares** cumprimentou os membros da mesa e os demais presentes e comentou que estimulado pelo Deputado Volnei Morastoni tem visitado algumas instituições de saúde e se emocionado diversas vezes: algumas pela situação de impotência, indignação e revolta que provocam, outras pela abnegação e pelo entusiasmo dos servidores (médicos, enfermeiros, técnicos e setores da direção) que nelas trabalham. Comentou também que nas conversas com o Deputado Jorge Teixeira, concluíram que a saúde só irá bem quando for 100% gratuita, em outras palavras: for proibido cobrar. Explicou que dessa forma também reduziriam a burocracia na área da saúde, estabelecida através do imenso número de convênios e da papelada originada das autorizações e restrições. afirmou que isso não é um sonho, pois em países sob diversos aspectos mais pobres do que o Brasil isso já é uma realidade, e exemplificou citando Cuba. Objetivou como encaminhamento a contratação de servidores, assim como, a valorização dos que estão atuando. Finalizou, pontuando que o Estado precisa posicionar-se sem represálias frente àqueles que se manifestam contrários à situação atual. Dando continuidade, a **senhora Maria Estela da Conceição**, do Instituto Arco-Íris e também agente comunitária da Secretaria de Saúde do Município, cumprimentou o Presidente da Alesc, Deputado Estadual Gelson Merisio, os senhores Deputados, e, destacadamente, a Deputada Ana Paula Lima. Como

conselheira municipal, sinteticamente, estimou que o Município atende mais de 80% das ações de responsabilidade do Estado. Ou seja, o Estado não cumpre as suas responsabilidades e as repassa ao Município, o que evidenciou considerando que o número de atendimentos realizados pelas UPAs é bem maior do que o número de atendimentos realizados pelos hospitais do Estado. Com relação à audiência pública, observou que a mesa fez muitas falas em um tempo considerável, enquanto os usuários ficaram para o fim com um tempo reduzidíssimo. Considerando a metodologia um desrespeito, lembrou que o objetivo da audiência pública é tratar o usuário como ele deve ser tratado. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, acatou a observação da senhora Maria Estela e garantiu que nas próximas audiências a Comissão irá distribuir o tempo de forma mais equitativa. Em seguida, passou a palavra à **senhora Maria Ligia dos Reis Bellaguarda, assessora da câmara técnica do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina**, que avaliando ser consenso a compreensão das fragilidades da área da saúde em âmbito nacional, apontou a importância desse espaço para o debate entre autoridades, funcionários e usuários. Informou que o Conselho Regional de Enfermagem aprovou, em reunião ordinária, posição contrária a transferência da gestão pública para as organizações sociais. Reafirmou a defesa do Conselho ao Sistema Único de Saúde pela sua proposta de integralidade, universalidade e controle social. Repudiou a entrevista do presidente da Federação dos Hospitais de Santa Catarina, concedida ao jornal Diário Catarinense, onde diz que as OS (organizações sociais) visam à redução do quantitativo de pessoal, aumentando a jornada e reduzindo os salários. Avaliou essa postura como exploração do trabalho qualificado e alertou sobre os prejuízos ao atendimento. Prosseguindo, a **senhora Claudia Lopes dos Santos, representante da Associação Gente da Gente, da Coloninha**, iniciou afirmando que o Estado tem seus compromissos, mas que pelo pacto os postos de saúde ficaram sob responsabilidade do Município. Saliu que no posto da Coloninha havia três médicos, mas hoje contam apenas com um, que está de férias. Quanto à questão dos hospitais, disse que brigaram muito pela reforma do Hospital Florianópolis, sobretudo pela sua importância ao Continente. Relatou que em inúmeras reuniões a Secretaria da Saúde garantiu o seu devido funcionamento, porém, o que tem presenciado é a iminência do seu fechamento. Advertiu que as organizações irão se manifestar contra o fechamento, assim como à possibilidade de privatização. Reafirmou a urgência de concurso, pois há muitos anos os hospitais sofrem com a falta de pessoal. Finalizou desejando a concretização da promessa de UPA no Continente com atendimento de ortopedia, hoje inexistente. Dando sequência, **senhor Vereador Antônio Battisti**, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual, após os cumprimentos relatou que o Hospital Infantil de Joinville é administrado por uma organização social que realiza, segundo foi informado, apenas atendimentos de média complexidade, aqueles de menor custo, e os atendimentos de alta complexidade, aqueles de maior custo, são encaminhados para Florianópolis ou para outros centros de referência. Com isso a organização social estaria economizando recursos, já que os valores são predeterminados. Feita a contextualização, sugeriu que a Comissão solicitasse à Gerência de Avaliação e Controle da Secretaria de Saúde as seguintes informações: quais os tipos de atendimento que o referido hospital realiza (capacidade de instalação versus atendimento realizado); quanto representa, em percentual, a demanda de alta complexidade atendida em Joinville, porém encaminhada para fora do domicílio; por que o hospital de Joinville não se capacita para atender às demandas de alta complexidade. Sugeriu, ainda, que a Comissão de Saúde realizasse a mesma audiência pública no Município de Joinville, e um seminário para debaterem a defesa ao SUS versus gestão das organizações sociais. Aproveitando a oportunidade, informou aos presentes do seminário que acontecerá em Lages, nos próximos dias 20 e 21, para discutir as organizações sociais e como enfrentar a precarização e o ataque ao SUS através dessas organizações. Finalizando, passou às mãos do Presidente da audiência, Deputado Estadual Volnei Morastoni, o relatório do Promotor de Justiça, que apresenta um relato sintético das carências do sistema de saúde em São José, tendo como referência relatos dos representantes do Conselho Municipal de Saúde; denúncia do Sindicato dos Médicos e parecer do Tribunal de Contas. A seguir, a **senhora Vivian Costa Fermo**, representante da Associação dos Portadores de Epilepsia de Florianópolis, cumprimentou os presentes e, dirigindo-se especificamente ao representante da Secretaria Municipal de Saúde, perguntou quando os concursados serão chamados. Argumentou que os contra-

tados (em caráter temporário) deveriam ficar no máximo seis meses e inúmeras unidades continuam descobertas. O **Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, sugeriu que os representantes da Secretaria se pronunciassem ao final sobre o respectivo questionamento. Na sequência, a palavra foi concedida à **senhora Anieli Giombelle**, representante dos Portadores de Epilepsia do Estado, que, pontualmente, indagou o que o Estado pretende fazer com os portadores de epilepsia que se internavam no Hospital Santa Teresa, em São Pedro de Alcântara. Indignada, relatou que o portador de epilepsia em crise que procura atendimento é orientado a procurar colônias psiquiátricas. Enfatizou que o portador de epilepsia não precisa de colônias psiquiátricas, mas de tratamento neurológico adequado. Antes de finalizar, entregou à mesa documento da Associação Nacional de Epilepsia repudiando o encerramento do trabalho desenvolvido naquele hospital. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, agradeceu a manifestação e colocou a Comissão à disposição da Associação dos Portadores de Epilepsia, para discutirem os encaminhamentos necessários. Em seguida, concedeu a palavra a **senhora Karin Cristine Geller**, Diretora de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, que após parabenizar as intervenções da mesa e dos participantes, destacou a importância da questão do acesso. afirmou que nos últimos seis anos o SUS vem organizando fortemente ações e diretrizes de regulação de acesso no âmbito nacional, estadual e municipal. Lembrou que em 2006, quando Florianópolis assumiu a gestão pelo pacto de saúde, assumiu também a implantação do complexo regulador. Garantiu que não é possível reduzir filas de espera sem a garantia de acesso regulado, equânime, organizado, com oferta disponível e fila única. Chamando atenção para essa questão, colocou a Secretaria à disposição para que todos conheçam como funciona a regulação do acesso na região da Grande Florianópolis. Após lhe ser concedida a palavra, a **senhora Rita de Cássia Franz Vieira** apresentou-se como funcionária pública estadual, lotada há 15 anos no Cepon, e lembrou que esse hospital já nasceu pequeno. Ou seja, com apenas trinta e nove leitos, sem centro cirúrgico, sem UTI e tendo como porta de entrada dos seus pacientes a emergência dos outros hospitais, em especial do Hospital Celso Ramos. Comparando dados relacionados ao crescente aumento da incidência de casos ao número reduzido de leitos oferecidos, Ressaltou que dos trinta e nove leitos existentes seis estão bloqueados e outros quatro estão na iminência de bloqueio, por conta da falta de profissionais. Comentou que foi construída a estrutura física do Complexo no Itacorubi, para a qual o Governo passado havia prometido recursos que, mesmo sendo insuficiente para a conclusão do complexo, não foram repassados. Esclareceu que o Cepon é gerido por uma organização social, a Fahece, com a qual estão estabelecendo a mesma discussão, embora ainda não tenha nenhuma resolução. Continuando, a **senhora Zenaide Olga Viera**, usuária do Sistema, relatou que está há 40 anos se tratando de epilepsia e manifestou sua indignação. Indagou aonde os epiléticos, as velhinhas com lepra e todos aqueles doentes vão continuar o tratamento. *[Taquígrafa-revisora: Sandra Coelho]* O **senhor Presidente Deputado Estadual Volnei Morastoni** anunciou que a Comissão já havia recebido o apelo de outros usuários do Hospital Santa Tereza para que o doutor Paulo Bittencourt, neurologista, fosse mantido naquela instituição, e informou que levarão esse pleito ao Secretário Estadual. O **senhor Jocélio Voltolini, Secretário Municipal de Saúde de São Bonifácio**, saudou os presentes e pontuou quatro tópicos. Primeiro, a revisão do financiamento do SUS, enaltecendo que não deve ser pensado através da lógica do pagamento do procedimento, mas do custeio do Sistema, porque os Municípios investem muito para cobrir seus gastos com o SUS. Pediu, então, a regulamentação da Emenda 29, urgentemente. Segundo, quanto ao teto financeiro de média complexidade nos Municípios, falou que a oferta desses procedimentos pelo Estado não está chegando para os Municípios. Terceiro, quanto aos serviços hospitalares, disse que, quando se credencia um serviço hospitalar de média complexidade no Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, por exemplo, é exigido do hospital a oferta de procedimentos, e esse hospital cobra que os hospitais privados se adaptem para ter credenciamento, mas não está cobrando da própria casa. Quarto, falou que os Municípios fazem seu dever de casa, pela criatividade com a qual os Municípios fazem ações de saúde, destacando que o grande gargalo hoje é a assistência médica e os procedimentos, e criticou que pouco se vê o que os Municípios estão fazendo para a prevenção da dengue. O **senhor Édio Fernandes, Presidente da Associação Amigos do Estreito**, cumprimentou todos e observou que muitas estatísticas

foram colocadas. Contou que é líder comunitário e publicitário, e informou que tem um jornal no Estreito e está elaborando uma reportagem sobre a Policlínica do Continente, que não regula nada. Falou que no Continente o usuário vai ao posto de saúde, é encaminhado à Policlínica e lá entra para o Sistema de Regulação (Sisreg), podendo ser consultado no norte da Ilha. Disse que, se o usuário é um idoso, ou ele leva um acompanhante ou então desiste. Discorreu que nesses casos o idoso tira a vaga de outro usuário e o especialista fica de braços cruzados porque não tem ninguém para atender. Alertou que não tem remarcação automática e que esse idoso tem que voltar ao posto de saúde para fazer a remarcação. Sintetizou que o grande problema da Policlínica é o Sisreg, que não está regulando nada. Quanto à UPA, comentou que para agosto de 2011 está prevista a sua inauguração, solicitando que seja agilizada. O **senhor Mauri Antônio da Silva, secretário-geral da Adessc (Associação dos Docentes do Ensino Superior de Santa Catarina)**, disse que é usuário do SUS no Itacorubi e somou-se à indignação dos presentes pela ausência de representantes dos usuários do SUS na mesa inicial da audiência. Enfatizou a falta de atendimento adequado no setor das especialidades e a demora nas consultas desses especialistas. Denunciou a falta de remédios no posto do Itacorubi e pediu que a Secretaria de Saúde do Município resolva rapidamente, já que é um direito constitucional e saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Quanto aos encaminhamentos, opinou que devem entrar num consenso quanto à manutenção do caráter público de todos os hospitais de SC, vedando a iniciativa do Governador de privatizá-los através das OS (Organizações Sociais), entendendo que essa medida por parte do governo vai ampliar a privatização dos serviços e impossibilitar um adequado atendimento à saúde. Solicitou que a Secretaria de Estado da Saúde realizasse urgentemente concurso público para suprir o SUS com especialidades para resolver os gargalos nos atendimentos da média e alta complexidade. Exigiu do governo Federal o fim imediato da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que é a retirada de 20% anual do orçamento da seguridade social, para pagamento dos juros da dívida interna e externa dos banqueiros que sugam os recursos da Nação em função da deterioração da qualidade de vida da população. Exigiu da audiência o repúdio à Medida Provisória 520/2010, que privatiza os UHs. O **senhor Pedro Gabriel da Silva, funcionário público**, disse que o ex-Vice-Presidente da República, recentemente falecido, lembrou de agradecer ao pessoal da saúde, frisando que todos são usuários do SUS, porque quando ocorre um acidente na BR-101, por exemplo, a pessoa desacordada é levada para a emergência do Hospital Regional. Referindo-se à colocação da promotora, quanto à retaguarda, lembrou que o cirurgião da emergência também precisa de retaguarda. Comentou que o setor que trabalha está sem aparelho de pressão, que custa R\$ 100,00. Saliu que só há um problema na saúde: gestão! O **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, informou que a Comissão de Saúde já havia identificado no Hospital Regional de São José os aspectos comentados pelo senhor Pedro e informou que encaminhará requerimento ao Governador pedindo mais profissionais para o plantão daquele hospital. Quanto ao concurso público para chamada de pessoal, disse que ao final passará a palavra ao Secretário Municipal e Estadual de Saúde para esclarecer essa questão. O **senhor Pedro Gabriel da Silva, funcionário público**, adicionou que o setor no qual trabalha não tem ducha higiênica para atender os pacientes que não podem se levantar. O **senhor Leon de Paula, diretor Presidente da Fundação Açoriana para Controle da AIDS**, cumprimentou todos e disse que é um usuário do SUS, talvez um cliente, talvez um paciente. Mencionou que as palavras investimentos e custos, ditas na audiência, são palavras que giram em torno de cifras, e salientou que falam de vidas, e não de cifras. Lembrou que Santa Catarina é conhecida pela excelência nos serviços. Disse, ainda, que, se existe excelência nos serviços em outras áreas, deve-se lutar pela melhoria da excelência do atendimento do SUS no Estado. Conclamou a todos para que façam uma frente de defesa do SUS. Citou o filósofo Noah Chomsky: o problema muitas vezes é gerado exatamente para que a situação, tornando-se insuportável, alguém apresente uma solução deídic, e então o problema que está posto deve ser consertado. Comparou que na Idade Média, quando os doentes tinham os membros extirpados, o mal era cortado; no Renascimento, tinham recuperação e hoje se trabalha pela prevenção. Citou ainda o dramaturgo Berthold Brecht: nós, é uma coisa; a outra é você e eu. Reforçou que é usuário do SUS e disse que defende aquele Sistema para que não se retroceda vinte anos. O **senhor Sálvio Torini, Secretário Municipal de Saúde, de São**

João Batista, saudou todos e falou que os que vivem distante da capital, da qual necessitam muito, tem dificuldades, como a transferência inter-hospitalar. Comentou que os cidadãos de São João Batista vêm a Florianópolis através da Saúde, quando agendados para consultas ou numa transferência inter-hospitalar. Pediu que olhem com atenção para o Samu avançado e que acabem com o Samu básico, porque há necessidade de uma UTI móvel. Disse que sabe que é mais oneroso manter essa UTI móvel, mas enfatizou que é mais fácil para cada Município trabalhar com a sua unidade básica do Samu, do que dispor de mais Samu avançado. Reiterou que olhem com carinho para os reguladores do Samu, discorrendo que não se pode esperar acabar o expediente para depois buscar um paciente. Comentou um fato de que pediu para uma reguladora do Samu que buscasse uma paciente às 18h25min e ela respondeu que trocariam de turno às 19h e teriam que esperar, fazendo com que improvisassem o atendimento a essa paciente com AVC, que uma semana depois faleceu. Salientou que devem fazer política de saúde e não política com a saúde. Perguntou onde estão os critérios técnicos da época em que foi implantado o Samu em Santa Catarina e como será feita a manutenção de uma UPA, que é alta. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, para responder quanto ao concurso público, passou a palavra ao senhor Walter Gomes Filho e ao senhor Clécio Espezim, iniciando pelo **senhor Walter Gomes Filho**, que esclareceu sobre o concurso público realizado no âmbito de 2006, dizendo que a data final para os cargos de nível médio é dia 16 de abril do corrente ano, e para os cargos de nível superior, em maio. Anunciou que é desejo da Secretaria de Estado da Saúde chamar os concursados, em virtude da necessidade profissional. Esclareceu que chamamentos já foram feitos nas diversas áreas da saúde e outros serão feitos ainda este mês. O **senhor Clécio Espezim, Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis, em exercício**, salientou que o salário do enfermeiro, em Florianópolis, inicia em R\$ 5 mil. Quanto à questão do médico, disse que, em 2006, eram 95 médicos e hoje são 350, isso significa que houve um aumento de 370%, porém salientou que a cada dia há baixas, que hoje há 65 licenças de médicos na rede, e isso faz com que, muitas vezes, ocorra problema em algumas unidades pela falta desses profissionais. Informou que do concurso público realizado já estão chamando quinze médicos, e já se tem uma preliminar que desses, apenas três vão assumir. Contou que foi feito concurso para enfermeiro e que foram chamados 47 candidatos, e agora se está esperando para aumentar as vagas no quadro, para que possam ser chamados mais profissionais. Para tanto, informou que entraram com um projeto de lei na Secretaria de Administração para ser encaminhado à Câmara de Vereadores, para aumentar não só o número de vagas para médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar administrativo, mas também para outras categorias que necessitavam ser repostas. Com relação ao processo seletivo, informou que há uma lei municipal, aprovada pela Câmara de Vereadores, que dá amparo para suprir a falta do profissional, sendo que a vaga pode ser renovada por três meses até um ano para que a rede pública não fique desabastecida. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Volnei Morastoni**, agradeceu a paciência de todos pela longa duração da audiência. Constatou que houve muitas manifestações, desde a atenção básica da saúde e da família, da alta e média complexidade, da situação dos hospitais, até a relação do Estado com os Municípios e das diversas instituições que participaram. Informou que tudo que foi debatido durante a audiência será transformado num documento que vai servir à Comissão de Saúde, para fazerem muitos encaminhamentos, e também vai ficar à disposição de todos os participantes que quiserem cópia do relatório. Avaliou que, das dezenas de audiências públicas que estão sendo realizadas e as que já foram realizadas, os problemas são semelhantes. Disse que, no momento oportuno, os integrantes da Comissão de Saúde irão comunicar as entidades participantes da audiência para despachar esse documento com o Secretário Estadual da Saúde e com o Governador do Estado. Analisou que esta audiência não foi em vão, visto que a Assembleia Legislativa, além de fiscalizar, também tem um papel muito importante que é contribuir com o Executivo. Comunicou que no relatório constará como encaminhamento a defesa da gestão pública dos hospitais. Relatou que a Comissão visitou alguns hospitais e foram identificados dois problemas principais: um de gestão, salientando que todos os diretores, das várias áreas, dos hospitais foram convidados para a audiência, e a maioria não compareceu, visto que os hospitais não têm autonomia administrativa e financeira para isso, pois é a Secretaria que está representando os hospitais. Relatou que o Estado nunca se preocupou em formar uma

elite de dirigentes, de gestores hospitalares, e nesse sentido disse acreditar que o Estado foi omissivo ao longo dos anos, e que hoje a proposta seria resolver esse problema. O segundo problema seria com relação à falta de pessoal e ao índice de abstenção. Disse que os profissionais estão trabalhando sobrecarregados, e informou que no Hospital Joana de Gusmão a abstenção de profissionais ficava entre 15% a 20%, e perguntou por que esse índice é tão alto. Avaliou que há muito tempo não há um sistema de reconhecimento, de valorização dos servidores. Dito isso, afirmou que não adianta o Estado terceirizar para resolver o problema. E exemplificou contando que na sua cidade, em Itajaí, o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen é do Estado, e foi terceirizado desde a década de 1970, mas a cada ano que passa o Estado tem que aumentar os recursos para ampliar as instalações. Comentou que há um colega de profissão que trabalha nesse hospital e não atende pelo SUS, mesmo o hospital sendo mantido por recursos públicos. Disse que os problemas relatados até então estavam muito claros, que eles faziam parte do sistema de gestão dos hospitais, problemas esses que têm que ser resolvidos antes de qualquer proposta, a qual poderá simplesmente encaminhar esses hospitais para administração terceirizada. Revelou que sobre a possível terceirização dos hospitais, por parte do governo do Estado, a Comissão de Saúde provavelmente realize audiências públicas para debater sobre esse assunto. Afirmou que o relatório estava rico em manifestações, propostas, críticas e sugestões, e que a Comissão e as entidades presentes irão se debruçar sobre ele para tirar as propostas, e encaminhá-las ao governo do Estado. Reportou-se a fala de um participante que propôs que se fizesse uma grande frente em defesa do SUS, e refletiu que aquilo que estão fazendo ali já era uma defesa do SUS, que foi criado a partir da 8ª Conferência Nacional da Saúde e da Constituição de 1988. Registrou que o sistema privado estava coexistindo de forma complementar ao sistema público, e não de forma substitutiva, afirmando que esse é um princípio importante que tem que estar presente em defesa do SUS. Colocou que a Assembleia Legislativa irá compartilhar os encaminhamentos com os presentes, para continuar o movimento. Reportando-se à doutora Sônia, disse que para uma boa parte dos problemas, enquanto se tomam políticas públicas definitivas e necessárias para a saúde do Estado, terá que se realizar mutirões para poder diminuir a lista de espera nos hospitais. Revelou que no Hospital Joana de Gusmão tem crianças na lista de espera há mais de cinco anos, e com o agravante que a partir dos 15 anos de idade, que é a idade-limite estipulada para atendimento pediátrico do hospital, saia da lista das crianças, porque com essa idade deixa de ser criança. Lembrou que, em Criciúma, foi debatida a necessidade de descentralizar a alta complexidade em pediatria, porque quando uma criança com câncer completa 15 anos de idade não tem mais como ser atendida na pediatria do Hospital Joana de Gusmão, e aí ela entra na lista comum dos pacientes adultos. Dessa forma, reafirmou que não há como fugir de um grande pacto, em que o SUS poderia colocar as condicionantes, com os trabalhadores, com os usuários, com o Tribunal de Contas, o Ministério Público Federal e Estadual, as universidades, e todas as entidades sociais, para resolver transitoriamente os problemas. Por fim, disse que ficava o compromisso da Comissão de Saúde e de todos os presentes de fazerem os encaminhamentos pertinentes a partir da confecção do relatório da audiência. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. *[Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.]*

*** X X X ***

ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1769ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1769ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Fausto Brasil Gonçalves e Sérgio Augusto Machado. Aprovadas a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0427/11, de Marlene Salete Faccin Pereira; Processo nº 0390/11, de Laedio Silva e Processo nº 0338/11, de Dejair de

Oliveira. 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade as Consultas: Ofício CL nº 076/2011 - 30/03/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital - confecção/impressão de livro "Santa Catarina Além do Olhar", com aditamento do Dr. José Buzzi, no que toca à observação do direito autoral. Continuando, Ofício CL nº 086/2011 - 31/03/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2010-00, celebrado com a empresa INDOBEL Assinatura, Leitura e Publicação Ltda."; Ofício nº 0250/2011/27PJ/CAP de 21/03/2011, Inquérito Civil Público nº 06.2009.001043-1, Interessado: Durval da Silva Amorim - Promotor de Justiça - "Informações sobre os servidores comissionados da ALESC" e o MEMO nº 0063/2011 de 14/03/2011, Telegrama - MSG nº 1110/2011 de 11/03/2011, Requerente: Confederação Nacional do Com. de Bens, Serviços e Turismo - Requeridos: Governador do Estado e a ALESC "Comunica a decisão do STF na ADI nº 4.364". 3) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 0429/11, de Roselei Maria Rachadel Sartori e a Consulta - Ofício CL nº 090/2011 - 05/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital para aquisição de vacinas contra a gripe". 4) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0425/11, de Francisco Carlos Fernandes Pacheco; Processo nº 0430/11, de Carlos Roberto Silveira; Processo nº 0314/11, de Paulo Cesar de Bona Pamato e Notificação Extrajudicial - 22/03/2011 - Interessado: Sebastião Soares da Silva - Presidente da UNSP "dispõe sobre a cobrança da contribuição dos servidores e empregados públicos". 5) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0397/11, de Luiz Otávio Garcia; Processo nº 0401/11, de Pedro Ideraldo Sampaio; Consulta - Ofício CL nº 067/2011 - 21/03/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Contrato nº 015/2011-00, com a Empresa CONSESC & Nacional Elevadores Ltda. e a ALESC" e Consulta - Ofício CL nº 084/2011 - 31/03/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2009-00, celebrado com a Empresa VH - Informática Ltda.". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia onze (11) de abril. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 6 de abril de 2011.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1770ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às onze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1770ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen e Sérgio Augusto Machado. Aprovadas a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0442/11, de Francisco da Silva; Processo nº 0444/11, de Aladia Fantini; Processo nº 0446/11, de Otanir Mattioli; Processo nº 0395/11, de Zenaide Meyer e a Consulta - Ofício CL nº 066/2011 - 22/03/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 041/2009-00, celebrado com a Empresa ONDREPSB Limpeza e Serviços Especiais Ltda., para reajuste do contrato original e aplicação a incidência da Convenção Coletiva do Trabalho". 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0447/11, Leonaldo Landmann; Processo nº 0450/11, de Danilo Inácio Adam e a Consulta - Ofício CL nº 103/2011 - 08/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo de Inexigibilidade - aquisição de cota de patrocínio e de espaço físico no Seminário Catarinense de Gestão de Resíduos Sólidos". 3) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0466/11, de Paulo Roberto Schulte da Silva; Processo nº 0428/11, de Wálter da Luz; Processo nº 0440/11, de Soraia Beatriz Bacha Nascimento; Processo nº 0441/11, de Manoel José Fabiano e a Consulta - Ofício CL nº 094/2011 - 06/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Inclusão de texto no Edital sobre transferência de ICMS ao adquirente de produtos, materiais e serviços". 4) Relatoria do Dr.

Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0426/11, de Evandro Carlos dos Santos; Processo nº 0449/11, de Mário Sérgio Vidal; Processo nº 0451/11, de Edson Roberto Junkes; Processo nº 0467/11, de Rocler Rech e Processo nº 0433/11, de Elizabet Souza Aragão. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia treze (13) de abril. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 11 de abril de 2011.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Geral

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 1º/04/2011

Aos primeiro dia do mês de abril do ano dois mil e onze, às onze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Junior e Marcelo Augusto Costa Richard. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Ptolomeu Bittencourt Junior, aprovado parecer exarado ao Ofício nº 140/2011 de 30/03/2011, Interessado: Deputado Estadual José Nei Alberton Ascari "Projeto de Lei Complementar 0004.0/2011". O relator deu conhecimento do Ato da Mesa, Interessado: Diretor de Recursos Humanos "altera a redação dos artigos 24 e 26 do Ato da Mesa nº 239, de 27/07/2009, que dispõe sobre o uso das dependências do acesso público do Palácio Barriga Verde". Também comunicou aos membros do colegiado sua participação nas Comissões: Rede de Controle de Gestão Pública e Comissão Eleitoral dos Conselhos do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS/SC. 2) Relatoria do Dr. Marcelo Augusto Costa Richard, o relator deu conhecimento dos pareceres exarados: Requerimento - RQX/0448.0/2010, Interessado: Deputado Romildo Titon - Presidente da Comissão de Constituição e Justiça "Projeto de Lei nº PL/0393.9/2009 do Deputado Sargento Amauri Soares e a Carta de Apresentação PPGE- Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação em 01/02/11, Interessada: Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL "Autorização para a estada da Mestranda Sinara Amélia Gonçalves e Garcia na ALESC, para obtenção de documentos e informações para o projeto "Gestão Democrática e Controle Social: A Instituição do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb no Estado de Santa Catarina". 3) Relatoria do Dr. Neroci da Silva Raupp, retirados de pauta pelo Senhor Presidente os Ofícios: Ofício nº 09/2011 de 25/01/2011, Interessado: Diretor Geral da ALESC "Processo nº 023.885/2010-6 - Irregularidades na concorrência Pública nº 225/2010-00 - DNIT" e Ofício nº 12/2011 - CEPIJ de 03/02/2011 - Processo nº 401437-2011.4-CEPIJ, Interessado: Alexandre K. Takaschima - Juiz Coordenador da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude "Lei nº 12.313 de 19/08/2010 - prevê assistência jurídica ao preso dentro do presídio que atribui competências à Defensoria Pública". Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Consultores presentes. Sala das sessões, 1º de abril de 2011.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 2ª REUNIÃO DE SIMULTÂNEA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 05 DE MARÇO DE 2011.

Às nove horas e vinte minutos do dia cinco de abril do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Deputado Romildo Titon reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com a presença dos Senhores Deputados: Luiz Eduardo Cherm, Elizeu Mattos, Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares, Joares Ponticelli, Gilmar Knaesel substituindo Maurício Eskudlark, Volnei Morastoni, José Nei Alberton Ascari, Angela Albino, Silvio Dreveck, Jorge Teixeira, Manoel Mota. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça que foi aprovada por unanimidade e passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado José Nei Alberton Ascari** relatou o Projetos de Emendas Constitucionais de nºs 006.4/2008 e 0004.2/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0364.4/2010 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão

e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar de nº 006.2/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei de nº 024.9/2008, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 031.8/2011 exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei nº 062.4/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Resolução de nº 005.6/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch** devolveu sem manifestação o pedido de vista do Projeto de Lei de nº 0560.6/2009, com parecer favorável do relator Deputado José Nei Ascari, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei nº 0234.6/2008 exarou parecer favorável nos termos da emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei Complementar 0008.4/2011, exarou parecer favorável com as emendas governamentais de nºs 18, 21 e 52, Aditivas e Modificativas, bem como as emendas e subemendas modificativas anexas, que colocadas em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A presente reunião simultânea foi suspensa às 12h, retornando às 18h, sendo encerrada às 18h40min. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a presença Ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 05 de abril de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Deputado Elizeu Mattos

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1767/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 004/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFEÇÃO DO LIVRO INTITULADO DE "SANTA CATARINA, ALÉM DO OLHAR".

ITEM ÚNICO

EMPRESA VENCEDORA: DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA

Valor total global último lance: R\$ 73.400,00

Florianópolis, 12 de abril de 2011

BERNADETE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 052/2011

REFERENTE: 22º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 017/2006-00, celebrado em 20/02/2006.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Cotrans Locação de Veículos Ltda.

OBJETO: Reajustar o contrato original em 10,76% (dez vírgula setenta e seis por cento) correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV, apurado no período de março/2010 a fevereiro/2011, com eficácia a partir da competência março/2011, inclusive, passando o valor mensal do contrato de R\$ 152.146,26 (cento e cinquenta e dois mil cento e quarenta e seis reais e vinte e seis centavos) para R\$ 168.517,02 (cento e sessenta e oito mil quinhentos e dezessete reais e dois centavos), representando um acréscimo mensal de R\$ 16.370,76 (dezesseis mil trezentos e setenta reais e setenta e seis centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "b" e § 8º da Lei nº 8.666/93; Cláusula Terceira, item quatro do Contrato Original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 29 de março de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Maurício José Araujo de Souza- Diretor Comercial

*** X X X ***

EXTRATO Nº 053/2011

REFERENTE: 07º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 009/2010-00, celebrado em 02/02/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Indobel Assinatura, Leitura e Publicação Ltda. Me

OBJETO: Alteração quantitativa do objeto original, acrescentando 02 (duas) assinaturas da revista "Carta Capital" e 01 (uma) da revista "Caros Amigos",

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I alínea "b" e § 1º da Lei n.º 8.666/93; Cláusula Sexta, item 6.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 07 de abril de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Rosely Munch- Indobel Ltda.Me

*** X X X ***

EXTRATO Nº 054/2011

REFERENTE: 19º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 012/2007-00, celebrado em 01/02/2007.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda

OBJETO: Reajustar o "Montante B" em vigor em 11,49% (onze vírgula quarenta e nove por cento), correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV apurado no período de fevereiro/2010 a janeiro/2011 e, por via reflexa, o "Montante C", com eficácia a partir da competência fevereiro/2011, inclusive; e concomitantemente, Reajustar o "Montante A" e em vigor em 9,19% (nove vírgula dezanove por cento), com base na Convenção Coletiva do Trabalho 2011/2011 firmado entre as representações dos trabalhadores e das empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação, e, por via reflexa, o "Montante C", com eficácia a partir da competência fevereiro/2011.

As duas incidências implicam aumento do custo na ordem de R\$ 109.461,20 (cento e nove mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte centavos) mensais, correspondentes a 9,53% (nove vírgula cinquenta e três por cento) sobre o valor global do contrato em vigor no mês de janeiro de 2011.

VALOR MENSAL: R\$ 1.257.836,70 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil oitocentos e trinta e seis reais e setenta centavos).

VALOR GLOBAL: R\$ 14.984.579,24 (quatorze milhões novecentos e oitenta e quatro mil quinhentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: itens 3.4 e 3.5 da Cláusula Terceira do Contrato original e;

autorização administrativa.

Florianópolis, 22 de março de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Paulo Hélder Bordin- Diretor Administrativo Ondrepsb

Luiz Hermes Bordin- Diretor Financeiro Ondrepsb

*** X X X ***

LEI

LEI Nº 15.460, de 12 de abril de 2011

Estabelece exigências para provimento de cargos de jornalista no âmbito da Administração Pública estadual direta e indireta.

Eu, Deputado Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 54, § 7º da Constituição do Estado e do art. 308, § 1º do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º O provimento de cargos de jornalista, efetivos ou em comissão, na esfera da Administração Pública estadual, direta e indireta, em todos os poderes, deverá observar a exigência de apresentação de diploma de formação superior específica.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo à designação de funções gratificadas com atribuições definidas de chefia de imprensa.

Art. 2º Esta Lei poderá ser regulamentada para sua aplicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de abril de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1896, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANTONIO AMARILDO DE MEDEIROS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirceu Dresch).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1897, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Presidência **LEONIR BERNARDI**, servidor do Prefeitura Municipal de Chapecó, colocado à disposição na Assembléia Legislativa, sob a égide do Convênio de Cooperação Técnico-Institucional, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Chapecó e a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1898, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **DANIELA CRISTINA PEREIRA**, matrícula nº 4470, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1899, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DANIELA CRISTINA PEREIRA, matrícula nº 4470, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1900, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ERICK FORTE ROLIM**, matrícula nº 6784, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1901, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ERICK FORTE ROLIM, matrícula nº 6784, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1902, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **SILAS ANTONIO VITORIO PEREIRA**, matrícula nº 4581, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1903, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SILAS ANTONIO VITORIO PEREIRA, matrícula nº 4581, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1904, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **EVANDRO MOTA**, matrícula nº 5990, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1905, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR EVANDRO MOTA, matrícula nº 5990, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1906, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VALMOR NATAL CORDEIRO DOS SANTOS**, matrícula nº 3309, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Narcizo Parisotto).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1907, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANTONIO OSCAR LAURINDO JUNIOR**, matrícula nº 6580, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Jorge Teixeira).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1908, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANTONIO OSCAR LAURINDO JUNIOR, matrícula nº 6580, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2011 (Gab Dep Jorge Teixeira).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1909, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
2097	Rocler Rech	02/04/06	01/04/11	0467/11
0614	Soraia Beatriz Bacha Nascimento	31/03/06	30/03/11	0440/11
0616	Manoel Jose Fabiano	31/03/06	30/03/11	0441/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1910, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0428/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER ao servidor **WALTER DA LUZ**, matrícula nº 0286, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 01/04/1963 a 15/12/1965 e de 13/03/2006 a 23/06/2008.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1911, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Evandro Carlos dos Santos	3748	3%	9%	02/01/11	0426/11
Francisco da Silva	5680	3%	3%	01/04/11	0442/11
Aladia Fantini	5685	3%	3%	01/04/11	0444/11
Otanir Mattiola	5704	3%	3%	01/04/11	0446/11
Leonaldo Landmann	4640	3%	6%	01/04/11	0447/11
Mario Sergio Vidal	4631	3%	6%	01/04/11	0449/11
Daniilo Inacio Adam	4530	3%	6%	11/02/11	0450/11
Edson Roberto Junkes	3852	3%	9%	01/04/11	0451/11
Paulo Roberto Schulte da Silva	1830	3%	21%	17/01/11	0466/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1912, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ELZIO JOSE DO PRADO**, matrícula nº 4910, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de abril de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1913, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELZIO JOSE DO PRADO, matrícula nº 4910, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de abril de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1914, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ARNO OTTWIN HEILMANN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1915, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GILBERTO VOLKMANN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gilmar Knaesel).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1916, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CLAUDIOMIRO DA SILVA**, matrícula nº 6593, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de abril de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1917, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CLAUDIOMIRO DA SILVA, matrícula nº 6593, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 12 de abril de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1918, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na Liderança do PMDB **OSMAR ALCIDES DA CONCEIÇÃO**, servidor da EPAGRI, colocado à disposição na Assembleia Legislativa, sob a égide do Termo de Convênio de Cooperação Técnico-Institucional celebrado entre a EPAGRI e a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1919, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SOLANGE BERNADETE GASPARETTO, matrícula nº 5625, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PSDB).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1920, de 12 de abril de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **VILSON ELIAS VIEIRA**, matrícula nº 1111, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, SILVIO NESTOR DE SOUZA, que se encontra em fruição de Licença Prêmio, por 270 (duzentos e setenta) dias, a contar de 01 de abril de 2011. (DL - CC - Comissão de Finanças e Tributação).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 234/08**

No art. 8º:

Onde se lê: "O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração..."

Leia-se: "O Estado será representado no ato da aquisição, permuta e doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração..."

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de abril de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
JUSTIFICATIVA

A alteração visa adequar a redação final ao que pretendia o autor, de acordo com a ementa do Substitutivo Global, às folhas 416 e 417.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 234/08

Autoriza a aquisição, permuta e doação de imóvel no Município de Florianópolis e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir por compra, no Município de Florianópolis, a área de 476.108,63 m² (quatrocentos e setenta e seis mil, cento e oito metros e sessenta e três decímetros quadrados), matriculada sob o nº 54.698 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital, de propriedade da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, avaliada em R\$ 11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil reais).

Parágrafo único. O imóvel referido no *caput* será permutado por uma área de 449.346,05 m² (quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis metros e cinco decímetros quadrados), avaliada em R\$ 11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil reais), que integra um imóvel de área maior pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e está matriculado sob o nº 17.190 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

Art. 2º O Poder Executivo fica autorizado a doar à União a área de 320.085,31 m² (trezentos e vinte mil, oitenta e cinco metros e trinta e um decímetros quadrados), correspondente a parte do imóvel recebido em permuta com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Art. 3º As referidas aquisição, permuta e posterior doação têm por finalidade viabilizar o projeto do novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

Art. 4º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 3 (três) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 5º A reversão de que trata o art. 4º desta Lei será realizada independentemente notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta dos recursos do Tesouro do Estado.

Art. 8º O Estado será representado no ato da aquisição, permuta e doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de abril de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 560/09

Autoriza a concessão de uso de imóveis no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Administração - ASSEA, pelo prazo de vinte anos, o uso gratuito dos seguintes imóveis:

I - uma sala contendo a área de 15,24 m² (quinze metros e vinte e quatro decímetros quadrados), no imóvel onde se encontra instalado o Centro Administrativo do Governo, matriculado sob o nº 37.540 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital e

cadastrado sob o nº 3498 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração; e

II - o andar superior do prédio anexo à Diretoria de Gestão Documental, contendo a área de 166,75 m² (cento e sessenta e seis metros e setenta e cinco decímetros quadrados) e uma área de 3.810,00 m² (três mil, oitocentos e dez metros quadrados), com benfeitorias, localizados aos fundos do imóvel matriculado sob os nºs 1.220 e 140 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01042 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o que determina a Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, em seu art. 7º, parágrafo único, inciso I, fica dispensada a concorrência para a concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 6.131, de 20 de setembro de 1982.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo permitir aos associados e seus dependentes o desenvolvimento de suas atividades nas áreas sociais, administrativas e odontológicas.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer os imóveis como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 005/11

Altera o art. 1º da Resolução nº 008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, fica redefinido para R\$ 350,23 (trezentos e cinquenta reais e vinte e três centavos).” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa, observados o relatório de gestão fiscal, o limite prudencial e as vedações do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2011.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 007, de 10 de novembro de 2010.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 06 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 008/11

REQUERIMENTO RQS/0320.3/2011

Os Deputados a estes subscrevem, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, **REQUEREM** a Constituição do Fórum permanente para o acompanhamento das obras de construção do novo Aeroporto Internacional de Florianópolis.

JUSTIFICATIVA

Desde 2004, as promessas da infraero vêm sendo sistematicamente descumpridas. Em 2007, quando o projeto entrou no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a previsão era de que os trabalhos iniciassem no ano seguinte. Em abril de 2008, a estatal abriu uma licitação, que não teve interessados.

Depois deste episódio, a Infraero decidiu reavaliar o projeto, considerado defasado por prever aumento da capacidade do Hercílio Luz para 2,7 milhões de passageiros por ano, movimentação alcançada em 2010.

Todavia, somente em fevereiro de 2011 é que a Infraero apresentou novos ajustes no cronograma inicial, no importe de R\$ 436 milhões para ampliação do terminal, que opera quase duas vezes e meia acima de sua capacidade de passageiros hoje. Segundo o Superintendente da Infraero, o novo aeroporto comportará até 8,5 milhões de passageiros por ano quando oporem os dois terminais previstos, movimento maior do que o atual aeroporto de Curitiba e Porto Alegre. O mesmo também informou que as obras só começarão em março de 2012.

O Governo Federal, por sua vez, garantiu R\$ 5 milhões em 2010 para a primeira fase, na interseção no Bairro de Carianos, mas não liberou esta verba, segundo o Diretor do Deinfra. Outros 15 milhões estariam previstos no orçamento desde ano, mas falta o Governo do Estado estabelecer quanto irá investir desse total na obra do trecho entre o trevo da seta e o entroncamento com a Ressacada.

Enfim, Senhores Deputados, entendo que o Parlamento não pode ficar omissos perante esta situação, devendo posicionar-se visando acompanhar e agilizar o início das obras. Para tanto, solicito a assinatura conjunta dos colegas para a instalação do presente Fórum Permanente.

Sala das Sessões, em

Deputado MARCOS VIEIRA

Coordenador do Fórum

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Mauro de Nadal

Deputado José Milton Scheffer

Deputada Kennedy Nunes

Deputada Reno Caramori

Deputado Ada Faraco De Luca

Deputada Angela Albino

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Aldo Schneider

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Antônio Aguiar

APROVADO EM SESSÃO DE 07/04/11

*** X X X ***

REQUERIMENTO Nº 009/11

REQUERIMENTO Nº RQS/0272.1/2011

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no artigo 40 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **REQUEREM** a constituição de um Fórum Parlamentar Permanente para acompanhar e debater a situação econômica dos hospitais filantrópicos e fundações hospitalares de nosso Estado em decorrência dos repasses financeiros do SUS. A matéria em complexa e tem relevância estadual porque estes hospitais estão enfrentando dificuldades financeiras face aos baixos preços pagos pelos procedimentos e consultas na tabela SUS o que está dificultando o melhor e mais eficaz atendimento à população.

Sala das sessões, 31 de março de 2011.

Deputado Mauro de Nadal

Deputada Luciane carminatti

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Moacir Sopelsa

Deputada Angela Albino

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Gelson Merísio

Deputado Aldo Schneider

Deputado Gilmar Knaesel

APROVADO EM SESSÃO DE 07/04/11

*** X X X ***